



Departamento de Economia
Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

ISRAEL: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A CAMINHO DA
SUSTENTABILIDADE?

Gabriel Igor Rehfeld
No. de matrícula: 1112190

Orientador: Sérgio Besserman Vianna

Junho de 2017



Departamento de Economia
Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA FINAL DE CURSO

ISRAEL: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO A CAMINHO DA
SUSTENTABILIDADE?

Gabriel Igor Rehfeld
No. de matrícula: 1112190

Orientador: Sérgio Besserman Vianna

Junho de 2017

“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor”.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço por todo apoio aos meus amados pais e irmão, Claudio e Rosana, e David, que estiveram, estão, e estarão sempre comigo, em todo e qualquer momento.

À toda a minha família e amigos, cujo apoio incondicional me motiva e comove.

Ao querido amigo Ilan Cuperstein, cuja participação foi fundamental na formulação e confecção deste trabalho, por toda a indicação bibliográfica, debates e parceria.

Ao meu professor orientador Sergio Besserman Vianna, cuja carreira e erudição são uma inspiração, por todas as conversas, dicas e questionamentos incitados.

Finalmente, às instituições que me formaram, não só academicamente, mas como ser humano e judeu: ao Colégio Israelita Brasileiro Eliezer Steinberg Max Nordau e ao Movimento Juvenil Habonim Dror, muito obrigado.

“In Israel, a land lacking in natural resources, we learned to appreciate our greatest national advantage: our minds. Through creativity and innovation, we transformed barren deserts into flourishing fields and pioneered new frontiers in science and technology.” (Shimon Peres).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Crescimento populacional (% anual).....	9
Gráfico 2 – Crescimento do PIB (% anual).....	9
Figura 1 – Curva Ambiental de Kuznets.....	12
Gráfico 3 – Expectativa de vida ao nascer e PIB per capita 2014.....	16
Gráfico 4 – Inflação (% anual)	46
Gráfico 5 – PIB per capita vs Emissões de CO2 per capita.....	62
Gráfico 6 – Kuznets Ambiental – Israel.....	62
Gráfico 7 – PIB per capita vs Pegada Ecológica.....	64
Gráfico 8 – PIB per capita vs Pegada Ecológica.....	64

SUMÁRIO

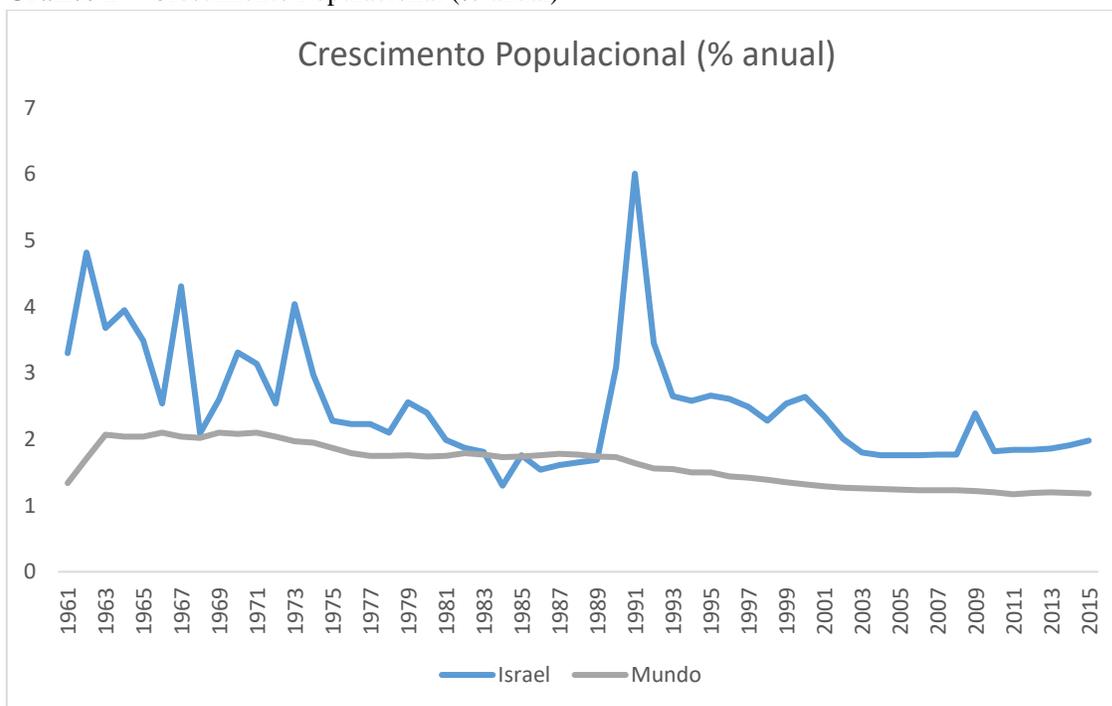
1 INTRODUÇÃO.....	8
2 O DESENVOLVIMENTO NO CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE.....	11
2.1 A CURVA DE KUZNETS E SUA ADAPTAÇÃO AMBIENTAL.....	11
2.2 SUSTENTABILIDADE FRACA.....	13
2.3 SUSTENTABILIDADE FORTE.....	14
3 MEDINDO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	16
3.1 PIB E SUAS CRÍTICAS.....	16
3.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH).....	18
3.3 PEGADA ECOLÓGICA (PE).....	21
4 ISRAEL: HISTÓRIA ECONÔMICA.....	24
4.1 SIONISMO E IMIGRAÇÃO.....	24
4.2 BASE AGRÍCOLA: DE 1904 A 1922.....	27
4.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO E MUDANÇA ESTRUTURAL: 1922-1939.....	30
4.4 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E PRÉ-INDEPENDÊNCIA 1939-1947.....	32
4.5 PARTILHA DA PALESTINA, INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL E RUMO A LIBERALIZAÇÃO (1947-1960).....	34
4.6 GUERRA, REVIRAVOLTAS ECONÔMICAS E POLÍTICA A CAMINHO DA LIBERALIZAÇÃO (1960-1972).....	38
4.7 1973-1984: CRISE, LIBERALIZAÇÃO E HIPERINFLAÇÃO.....	40
4.8 PLANO DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA (1985).....	45
4.9 ECONOMIA ISRAELENSE NOS ANOS 1990 E 2000.....	47
5 ANÁLISE AMBIENTAL E ECOLÓGICA ISRAELENSE.....	51

5.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL E IMPACTOS AMBIENTAIS.....	51
5.2 O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO, CRISE HÍDRICA E AGRICULTURA.....	56
5.3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS ANTROPOGÊNICAS EM ISRAEL.....	60
6 CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS.....	68

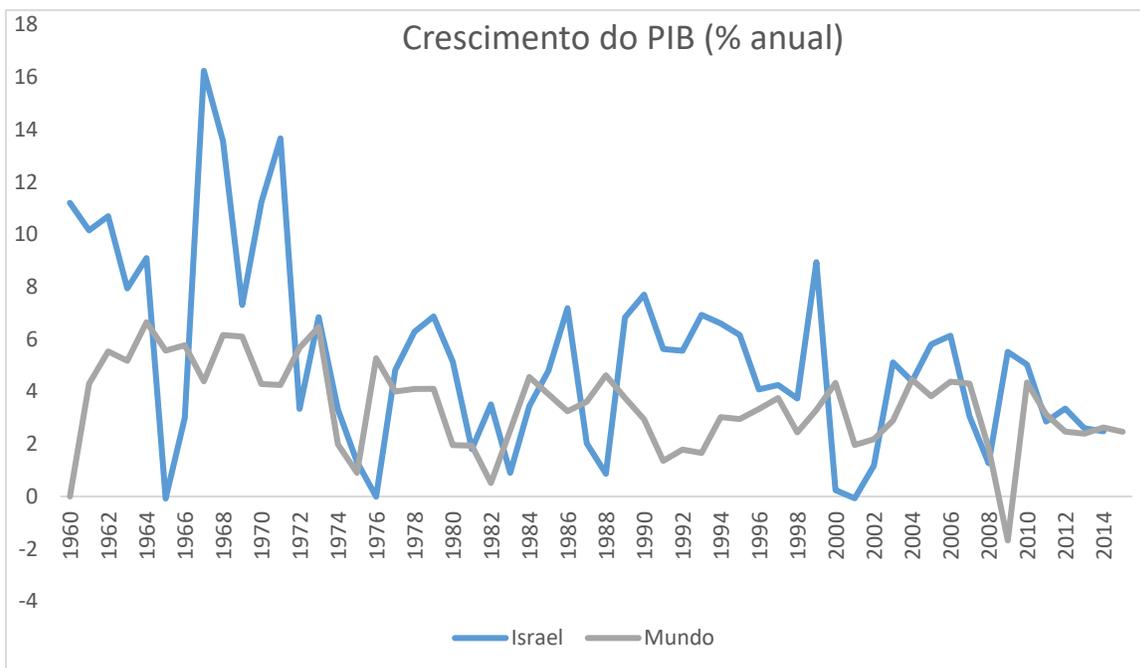
1 INTRODUÇÃO

Ao analisar do futuro os debates econômicos do nosso século, é bem provável que historiadores percebam que o começo do século 21 foi protagonizado por uma discussão extremamente relevante para a sociedade: como a crise do Meio Ambiente afeta os modelos de desenvolvimento propostos. Hoje, desenvolvimento econômico é entendido quase que exclusivamente como crescimento de um único indicador: Produto Interno Bruto (PIB). Tal indicador, apesar de estar intimamente correlacionado a outros indicadores de bem-estar como escolaridade e saúde, é muito passível de críticas, uma vez que, por exemplo, não incorpora os problemas de desigualdade social nem relacionados aos limites biofísicos do planeta, além de apenas contabilizar atividades que envolvam transações financeiras, negligenciando outras tantas importantes atividades como trabalho doméstico e voluntariado. Ademais, o cálculo do PIB não discrimina entre atividades diferentes, ou seja, tráfico de drogas e investimentos em saneamento básico são contabilizados da mesma maneira, desde que envolvam a mesma quantidade de dinheiro.

Nesse sentido, muito se discute acerca da questão do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Um dos principais debates nesse âmbito é se seria possível manter um crescimento econômico regular nas próximas décadas sem que isso gere alterações ambientais que tornariam impossível o estilo de vida que conhecemos hoje. Há quem proponha que uma das (senão a única) soluções para enfrentar os problemas ambientais antropogênicos seja o desenvolvimento tecnológico. Ademais, nenhum país do mundo conseguiu atingir o status de um Desenvolvimento Econômico Sustentável. Assim, essa monografia pretende discutir se é possível afirmar que um país com economia intensiva em tecnologia estaria mais próximo a um desenvolvimento considerado sustentável, analisando o caso de Israel.

Gráfico 1 – Crescimento Populacional (% anual)

Fonte: Dados Banco Mundial.

Gráfico 2 – Crescimento do PIB (% anual)

Fonte: Dados Banco Mundial.

Os gráficos acima já revelam informações relevantes para a análise: como pode-se perceber, desde 1960 até recentemente Israel manteve uma taxa de crescimento do PIB bastante acima da média mundial e sua população cresceu também de maneira muito mais acelerada se comparada com o Brasil e o mundo. Desse modo, hoje Israel possui um PIB per capita correspondente a países considerados desenvolvidos (próximo, por exemplo, de Espanha e Itália), e ao mesmo tempo taxas de crescimento populacional semelhante a países em desenvolvimento, como Panamá e Haiti, segundo dados do Banco Mundial. Ademais, por esse desenvolvimento econômico acelerado, construiu-se uma sociedade cujos padrões de vida demandam, pelo menos em primeira instância, uma degradação ambiental, típica de países chamados desenvolvidos. Assim, Israel aparenta ser um bom caso de estudo sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

Dessa maneira, o trabalho segue com a seguinte estrutura: uma revisão bibliográfica de modelos econômicos de desenvolvimento sustentável, acompanhado de uma análise de métricas relevantes para o tema. Após isso, discute-se o caso específico em questão, com um capítulo sobre a história econômica israelense seguido de um último capítulo sobre questões ambientais em Israel.

2 O DESENVOLVIMENTO NO CAMINHO DA SUSTENTABILIDADE

Para fazer essa análise, é necessária uma ampla discussão sobre o que significa um país possuir desenvolvimento sustentável: quais são as origens desse conceito, as controvérsias relacionadas e quais indicadores devem ser utilizados para mensuração deste parâmetro.

Assim, a proposta desse capítulo é fazer uma extensa elaboração dos conceitos abordados, como a concepção de Curva de Kuznets e sua adaptação ambiental, além dos modelos de Sustentabilidade Fraca e Sustentabilidade Forte.

2.1 A CURVA DE KUZNETS E SUA ADAPTAÇÃO AMBIENTAL

A Curva de Kuznets foi originalmente concebida pelo economista Russo-estadunidense Simon Kuznets, e tinha como propósito relacionar crescimento econômico com distribuição de renda. Nesse sentido, o autor encontra uma correlação entre os índices em formato de parábola com a concavidade para baixo, ou seja, uma curva côncava (“U invertido”). Isso significaria que em uma economia de mercado, o aumento de renda per capita inicialmente geraria um aumento de desigualdade, porém, ao atingir um ápice, a desigualdade começaria a cair com um aumento contínuo da renda per capita.

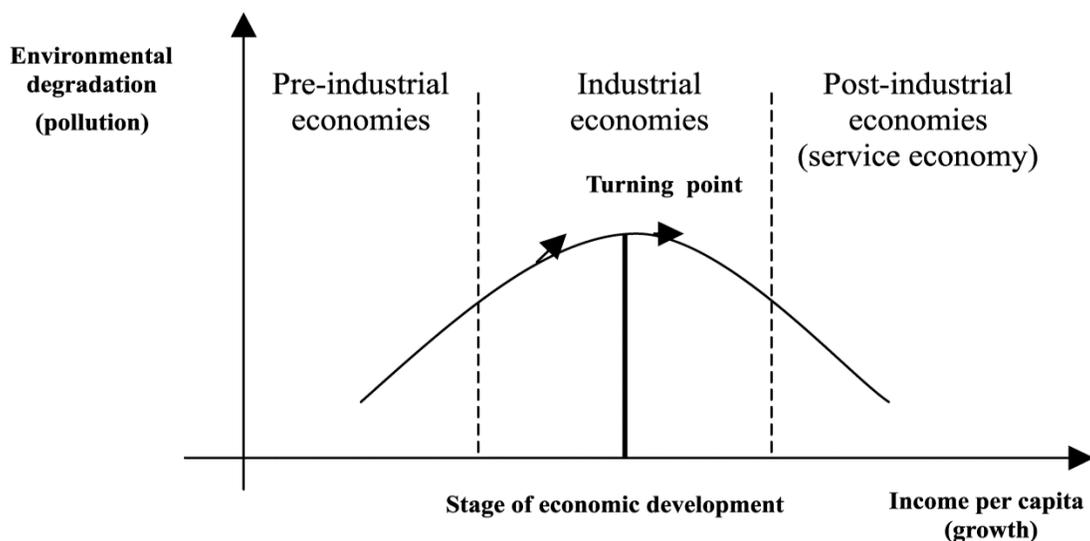
Uma analogia da teoria da Curva de Kuznets foi utilizada para tentar descrever a relação entre crescimento econômico e meio ambiente. Observou-se empiricamente que em uma primeira etapa, assim como a renda per capita, a degradação ambiental também aumentaria de acordo com o crescimento econômico, porém, a partir de um dado momento, a degradação do meio ambiente também reduziria.

À medida que a renda per capita se eleva com o crescimento econômico, a degradação ambiental aumenta até um certo ponto, a partir do qual a qualidade ambiental começa a melhorar. A explicação para esse fato estaria em que nos estágios iniciais do processo de desenvolvimento econômico a crescente degradação do meio ambiente é aceita como um efeito colateral ruim, mas inevitável. Entretanto, a partir de certo nível de bem-estar econômico, a população torna-se mais sensível e disposta a pagar pela melhoria da qualidade do meio ambiente, o que teria induzido a introdução de inovações institucionais e organizacionais necessárias para corrigir as falhas de mercado decorrentes do caráter público da maior parte dos serviços ambientais. (ROMEIRO, 2001).

Uma das hipóteses mais fortes para argumentar em favor da Curva Ambiental de Kuznets é que com o aumento da renda per capita, haveria também uma mudança nas preferências dos consumidores, que demandariam uma melhor qualidade ambiental. A crítica feita a tal argumento é de que mesmo que seja verdadeiro e realmente haja uma exigência por uma maior qualidade ambiental, a solução encontrada pelos definidores de políticas públicas dos países com maior renda per capita não seria de reduzir o nível de consumo (por exemplo através da maior taxaço), e sim de exportar sua produção para países com menores níveis de renda per capita e geralmente com menores regulamentações ambientais.

Outra importante hipótese que sustentaria a existência de uma Curva de Kuznets Ambiental é a de que com o aumento da renda per capita, haveria um ganho exponencial em produtividade e eficiência no uso de recursos naturais, devido aos avanços tecnológicos gerados pelo aumento de capital humano. A veracidade de tal hipótese é um dos principais objetivos desse trabalho, em que analisaremos o caso concreto de um país que tem uma alta renda per capita e grande acúmulo de capital humano. A figura abaixo representa a hipótese de Kuznets adaptada a realidade ambiental.

Figura 1 – Curva Ambiental de Kuznets



Fonte: Theodore Panayotou, Harvard University and Cyprus International Institute of Management.

2.2 SUSTENTABILIDADE FRACA

A ideia de que o sistema econômico não deveria funcionar com limites de qualquer espécie foi amplamente defendida por economistas chamados neoclássicos. As falhas de mercado seriam resolvidas então por meio da autorregulação dos próprios mercados, ou seja, a economia capitalista conteria mecanismos intrínsecos que funcionariam para resolver seus próprios problemas (sistema de preços relativos).

Nesse sentido, nem mesmo os recursos naturais não deveriam funcionar como limitadores do crescimento econômico, uma vez que os problemas gerados por sua escassez seriam mitigados pelos próprios mecanismos de mercado. Tal modelo, denominado Sustentabilidade Fraca, se utilizava de duas hipóteses básicas para argumentação (ROMEIRO, 2001):

- a) não existiriam limites para o desenvolvimento científico/tecnológico no sentido de aumentar a eficiência da utilização dos recursos tecnológicos;
- b) capital, trabalho e recursos naturais são substitutos perfeitos. Ou seja, seria possível compensar uma degradação ambiental com aumento determinado de capital e trabalho.

A principal consequência das hipóteses a e b seria que a degradação ambiental tenderia a zero quanto maior fosse a renda per capita, ocasionando um “descasamento” entre as variáveis e assim a possibilidade de um crescimento econômico constante com reduzida degradação ambiental. Tal estado de desenvolvimento econômico é conhecido na literatura como “Decoupling”.

Em economia, modelos funcionam como representações simplificadas da realidade. Assim como em um mapa geográfico, a quantidade de detalhes observados depende da abrangência da análise. Nesse sentido, ao observar modelos específicos para desenvolvimento econômico, hoje pode parecer óbvio que os limites ambientais devem ser considerados. Porém, ao analisarmos as ideias dos economistas mainstream neoliberais da década de 1970, observa-se que, em princípio, essa não era nem uma variável a ser estudada em seus modelos. Acreditava-se fortemente que os recursos naturais poderiam ser facilmente

substituídos por outros capitais, ou seja, quando um recurso se tornasse escasso, seu preço aumentaria e assim mudaria o capital utilizado. No limite, tal modelo acreditava que a economia poderia funcionar sem quaisquer recursos naturais, que seriam substituíveis por outro capital (LINHARES, 2012).

Em resumo, para essa corrente as problemáticas dos limites biofísicos do planeta seriam facilmente resolvidas através de mecanismos de mercado, ou seja, ajuste de preços. Assim como qualquer outro insumo, no momento em que houvesse escassez de algum recurso natural, seu preço se elevaria, gerando uma redução na quantidade utilizada, e logo, uma redução na degradação ambiental. No limite, tal produto seria substituído por outro similar e mais abundante, que satisfizesse as necessidades de produção para o nível de consumo populacional.

2.3 SUSTENTABILIDADE FORTE

Ao contrário do que vimos como Sustentabilidade Fraca, o conceito de Sustentabilidade Forte emerge da noção de que não é suficiente o somatório dos três tipos de capital (propriamente dito, humano e ambiental) para que seja alcançada a equidade intergeracional. Seria necessário, no mínimo, manter constante a quantidade de capital ecológico para que as próximas gerações consigam manter o nível de consumo constante. Ou seja, a Sustentabilidade Forte é uma corrente que modela os insumos com substitutabilidade limitada entre o capital ambiental e os demais capitais. Nesse sentido, seria impossível produzir com recursos naturais escassos, e, no limite, inviabilizaria o modo de vida atual.

Um debate importante dentro dos que defendem a Sustentabilidade Forte é se seria suficiente manter o estoque de capital constante, ou se seria necessária uma análise a nível de fluxo. Ou seja, só haveria possibilidade de um desenvolvimento sustentável com a “minimização dos fluxos de energia e matéria que atravessam esse subsistema, e a decorrente necessidade de desvincular avanços sociais qualitativos de infundáveis aumentos quantitativos da produção e do consumo.” (VEIGA, 2010, p 40.).

A busca por uma Sustentabilidade Forte deve ser preferível na tomada de decisões de política pública por alguns motivos (DIETZ; NEUMAYER, 2007):

- a) recursos naturais são provedores de matérias-primas para produção e para consumo direto como comida e combustíveis fósseis;
- b) a perda de capital natural pode ser irreversível, ou pelo menos demorar bilhões de anos para se reconstituir;
- c) há estudos que revelam que os seres humanos são mais avessos a perdas do que valorizam os ganhos, logo, não haveria sentido em arriscar nossos níveis de consumo;
- d) capital natural provê funções básicas de apoio à vida. Ignorando as probabilidades e seus intervalos de confiança, o que está em risco ao optar por deixar o livre mercado se regular não é apenas uma ação no mercado financeiro, e sim algo muito mais grave como as condições para a sobrevivência humana. Assim, essa quarta razão, não seria apenas um determinante direto do bem-estar dos seres humanos, e sim um valor primário, “um valor cola” que manteria tudo coeso.

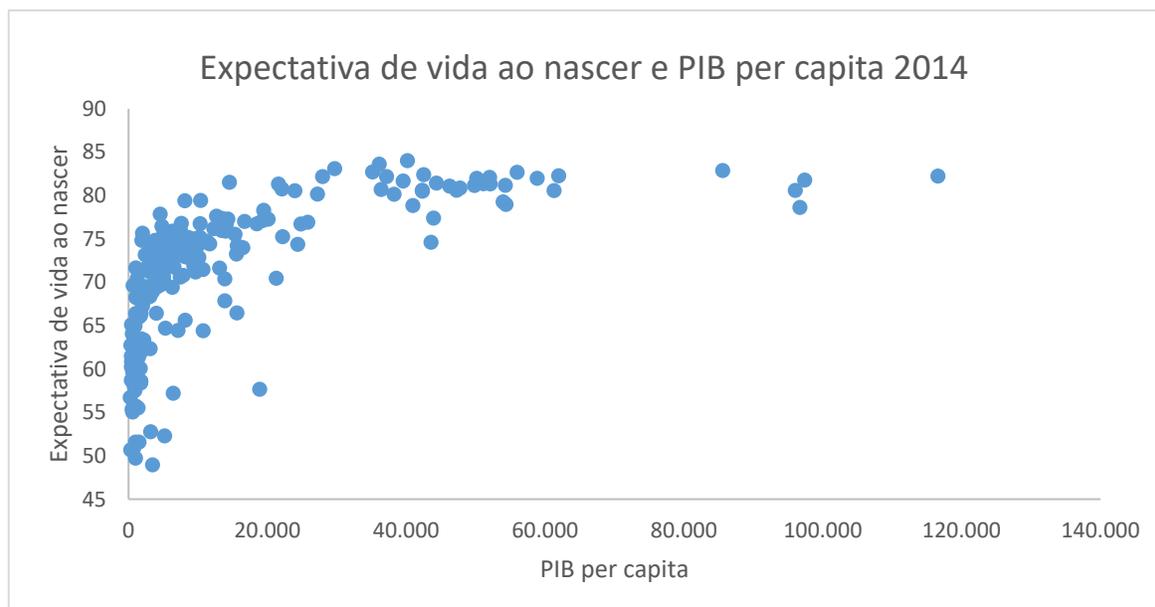
3 MEDINDO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A preocupação com a sustentabilidade é extremamente recente, se considerarmos a história da humanidade, por isso, ainda não é clara qual a melhor métrica para analisar a questão. É importante que tal medida reflita tanto uma preocupação social, quanto ambiental para que seja abordado o problema de maneira realista e pragmática.

3.1 PIB E SUAS CRÍTICAS

O PIB é um indicador monetário, cuja finalidade é metrificar tudo o que é produzido em um país em determinado período de tempo (geralmente um ano). Tradicionalmente analisa-se o PIB por três óticas diferentes, mas que geram o mesmo resultado: a da renda, do consumo e do produto. Pela ótica da renda, o PIB seria o aglomerado de tudo o que é pago (remunerado) a todos os setores produtivos (lucro do capital, salários do trabalho e aluguéis da terra). Já pela ótica do consumo, a indicador seria o somatório dos gastos finais na economia de bens e serviços, tanto nacionais quanto importados. Finalmente, pela ótica da do produto o PIB é visto como o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país naquele período de tempo.

O PIB é comumente utilizado como variável proxy (implícita ou explicitamente) a conceitos de bem-estar social e progresso, por diversos agentes econômicos e sociais, como políticos, empresários e mídia. Isso se deve devido a relação positiva entre crescimento do PIB e indicadores de bem-estar, como expectativa de vida e taxa de alfabetização da população.

Gráfico 3 – Expectativa de vida ao nascer e PIB per capita 2014

Fonte: Dados Banco Mundial.

Como pode-se perceber no gráfico acima, expectativa de vida ao nascer está correlacionado com PIB, mas apenas este gráfico não pode afirmar causalidade. Além disso, pela análise gráfica fica claro que este não pode ser o único fator explicativo, uma vez que há uma série de países com a mesma faixa de PIB per capita que variam muito em relação a expectativa de vida (entre 45 e 70 anos). Nesse sentido, há sim uma necessidade de reavaliar a utilização do PIB como única métrica de desenvolvimento social. Simon Kuznets (1962) já ponderava essa argumentação: “Precisa-se atentar para distinções entre qualidade e quantidade de crescimento, entre custos e retornos e entre curto e longo prazo. Metas para maior crescimento devem especificar: crescimento de que e para que.”.

Nessa lógica, a grande crítica a utilização do PIB como ferramenta de progresso é que sua mensuração se dá apenas através de uma adição de todos os bens e serviços comercializados, sem qualquer diferenciação entre quais são benéficos ou não para a sociedade. As principais críticas ao PIB encontradas na literatura, estão resumidas abaixo (GADREY, 2006):

- a) crescimento não significa necessariamente desenvolvimento sustentável. PIB computa na mesma maneira questões que comprometam o bem-estar de gerações

futuras e atividades que gerem bem-estar social. Isto é, dois países teriam a mesma taxa de crescimento econômico caso um deles tenha sua economia baseada em, por exemplo, desmatamento e a outra em geração de conhecimento através de pesquisa e desenvolvimento;

- b) no cálculo do PIB não são descontadas atividades que gerem perda de bem-estar provocadas pelo desenvolvimento econômico. Por exemplo: uma cidade com atividade industrial pode ter alto crescimento de atividade econômica, mas a poluição do ar não é refletida no crescimento do produto, logo, não reflete o bem-estar;
- c) diversas atividades que geram benefícios sociais não são contabilizadas porque não envolvem transações comerciais, como trabalho doméstico e voluntariado. Em determinados países, podem significar parcelas expressivas do produto, se fossem contabilizadas;
- d) o PIB mede apenas as quantidades produzidas (outputs) e é indiferente aos resultados em termos de satisfação e de bem-estar pelo consumo desses bens (outcomes). As sociedades modernas de consumo são baseadas na geração de riqueza através do trabalho. Se dessa forma os cidadãos são compelidos (direta ou indiretamente) a trabalhar muitas horas por dia e abrir mão de lazer, isso não é expresso no PIB, mas é uma medida de bem-estar;
- e) metaforicamente: PIB mede o crescimento do “bolo”, mas não o tamanho das “fatias”. Ou seja, analisando estritamente o crescimento do PIB, não é possível afirmar se há distribuição dessa renda ou se está concentrada nas mãos de poucos.

Nesse sentido, se faz necessária a análise de outros indicadores, que podem funcionar de maneira complementar ao PIB para quantificar bem-estar social.

3.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

“O povo é a verdadeira riqueza real de uma nação, o objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente que possibilite as pessoas aproveitarem uma vida

longa, saudável e criativa. Isso pode parecer ser uma verdade simples, mas é geralmente esquecida.” (ONU, 1990, p. 9, tradução nossa)¹.

A frase acima, inicia o capítulo de “Definição e mensuração do Desenvolvimento Humano” da edição de 1990 da “Human Development Report”, relatório anual da ONU sobre Desenvolvimento Humano. Tal edição, é especialmente importante, na medida em que introduz ao mundo um indicador alternativo ao PIB para medir progresso, o IDH. Ainda nesse capítulo, ressalta-se que a preocupação com outros aspectos de bem-estar que não apenas a renda não é recente. Aristóteles já teorizava que não podemos encarar a renda como único e exclusivo objetivo da existência humana, senão como um meio para atingir bem-estar.

Nesse sentido, Desenvolvimento Humano deve ser encarado como um processo de garantia dos direitos dos seres humanos, cujas principais devem ser o direito à uma vida saudável e longa, de ser educado e de usufruir de um padrão de vida decente. Direitos adicionais, como liberdade política, garantia de direitos humanos e respeito próprio, (o que foi descrito por Adam Smith como “a habilidade de se conviver com o próximo sem sentir vergonha de aparecer em público) também devem ser objetivos de um Desenvolvimento Humano, segundo o relatório das Nações Unidas.

Assim, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seria um indicador desenvolvido por dois economistas: o paquistanês Mahbub ul Haq² e o indiano Amartya Sen³, cujo objetivo inicial era metrificar as garantias citadas no parágrafo anterior. Por isso, o indicador é uma composição de três aspectos, relativos a três direitos: expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização e renda per capita. Os próximos parágrafos revelam o porquê da escolha de cada um dos indicadores que comporiam o IDH, pelo próprio relatório da ONU.

O indicador de expectativa de vida ao nascer foi escolhido pela crença comum de que a vida é importante por si mesma e por ser considerado uma boa variável proxy para o direito de uma vida longa e saudável, ou seja, estaria intimamente correlacionada com outros indicadores de bem-estar, como nutrição adequada e acesso à saúde.

¹ HUMAN DEVELOPMENT REPORT. Revista anual da ONU sobre desenvolvimento humano. (1990, p. 9, tradução nossa).

² Economista paquistanês especialista em Teoria dos Jogos e Desenvolvimento Econômico Internacional. Viveu entre 1934 e 1998.

³ Economista indiano prêmio Nobel de economia em 1998.

Já o indicador de taxa de alfabetização, foi escolhido pela crença de estar refletindo o acesso à educação, cuja relação com produtividade é comprovada pela literatura. Nesse sentido, taxa de alfabetização seria apenas o indicador básico para avaliar acesso à educação. Em indicadores mais variados, acesso à educação pode ser medido de outras maneiras, como taxa populacional que possui educação média e superior.

Por fim, para metrificar acesso às condições básicas de vida, o indicador escolhido foi o de renda per capita. Apesar dos problemas com esse indicador analisados na seção anterior, é inegável que se faz necessária uma consideração sobre renda para metrificar bem-estar, não pelo seu valor intrínseco, mas sim pelo que o acesso à renda garante.

A principal crítica aos três indicadores é a mesma: quantificam a partir da média, não considerando desigualdades incorporadas nos índices. Diferentes grupos sociais têm diferentes expectativas de vida, há uma disparidade significativa entre taxa de alfabetização de homens e mulheres, e a renda é extremamente concentrada em percentis superiores. Para resolver essa diferença, foi proposto um IDH ajustado à desigualdade, em que cada uma das variáveis que compõem o IDH seria ajustada de acordo com a desigualdade (Hicks, 1997).

Os problemas em medir os direitos adicionais, como liberdade política, segurança pessoal, entre outros são ainda mais complexos e possuem diversas teorias para medi-los. A importância de citá-los, todavia, é para que a análise não fique restrita aos indicadores e seja ressaltada a importância de estudos qualitativos e específicos sobre cada caso de desenvolvimento humano.

Outras críticas relevantes que se relacionam com a escolha dos indicadores que compõem o IDH é que tais indicadores não expressam nenhuma preocupação ambiental. Nesse sentido, pode-se questionar a viabilidade de adicionar um componente ambiental ao cálculo do IDH. Porém, há quatro razões principais pelas quais recursos ambientais não devem ser integrados como uma ou mais variáveis no cálculo do IDH. (NEUMAYER, 2001):

- a) não há relação direta entre Desenvolvimento Humano e exploração de recursos ambientais. Um país com grande IDH pode ter uma taxa de degradação ambiental alta como o Canadá ou baixa como a Suíça. O mesmo é válido para países com baixo IDH. O quanto um país se utiliza dos seus recursos hídricos por ano tem pouco a ver com Desenvolvimento Humano e muito com suas condições

- geofísicas. O impacto no Desenvolvimento Humano seria via saúde, mas este já é refletido com a utilização de expectativa de vida ao nascer como proxy;
- b) enquanto as demais variáveis possuem relação de ganhos óbvias (quanto mais uma pessoa vive, mais educada ela é e mais renda ela possui, melhor), até agora este não é geralmente o caso dos indicadores ambientais. Exemplo: É discutível se zerar o nível de poluição de uma região é positivo, na medida em que pode acarretar em problemas econômicos e gerar desemprego;
 - c) a metrificação das variáveis já inclusas no IDH já é um processo complexo, e muitos argumentam que não se pode agrega-las, tendo que observá-las de maneira separada. Incluir mais uma variável tornaria essa crítica mais consistente;
 - d) qualquer alteração no cálculo do IDH impossibilitaria sua comparação com anos anteriores, e como um dos grandes objetivos da análise desse indicador é verificar a evolução ao longo do tempo nos diferentes países, qualquer mudança atrapalharia na observação.

A alternativa para tornar o IDH “verde” seria então, a utilização da medida de “poupança genuína” que é o cálculo de um PIB per capita descontando depreciações nos estoques de recursos naturais. Esse cálculo parte do princípio de que recursos naturais não podem ser considerados como fluxos, e sim como estoques. Não se deveria observar apenas a quantidade degradada de recursos ambientais por ano, e sim o estoque de recursos ainda disponíveis. Ratificando que este deve ser adicionado de maneira externa ao IDH e não influenciar em seu cálculo original (BOOS, 2014).

Ainda, a utilização dos dados de poupança genuína apresenta um viés relacionado a visão de Sustentabilidade Fraca, ou seja, seria um mecanismo para avaliar como os mercados estão regulando os recursos naturais. Nesse sentido, caberia a utilização de outro indicador para avaliar a visão de Sustentabilidade Forte: A Pegada Ecológica.

3.3 PEGADA ECOLÓGICA (PE)

Na busca por indicadores que revelassem o nível de desenvolvimento sustentável de uma região, a Pegada Ecológica surge como alternativa para a metrificação baseada na teoria

de Sustentabilidade Forte (NEUMAYER, 2010). É tipicamente compreendida como a medida do impacto humano sobre os ecossistemas terrestres e sua mensuração se dá através do cálculo do consumo total de uma região e transforma-se esse dado em superfície biológica produtiva. Em resumo, é uma medida de oferta e demanda por recursos naturais: enquanto do lado da oferta, há a biocapacidade (que representa as áreas biologicamente produtivas: florestas, pasto, agricultura, entre outros.), o lado da demanda por recursos naturais é exatamente o que é produzido na sociedade, ou seja, o quanto utiliza-se dos recursos naturais para sustentar o modo de vida de uma região.

O objetivo principal da mensuração da Pegada Ecológica é traduzir todo o impacto ecológico da atividade econômica em uma “área necessária para prover os recursos que usamos e o lixo que despejamos”. (NEUMAYER, 2010, apud WWF 2008). O foco da medição é no consumo, e não na produção, uma vez que o consumidor é o responsável, em última análise, pelos impactos ambientais. Isso resolve, por exemplo, a crítica de “exportação da degradação”, ou seja, como se verifica pela ótica do consumo, o país cujas indústrias têm suas filiais em países em desenvolvimento (seja devido aos custos reduzidos, ou às leis ambientais mais brandas) é responsabilizado através do cálculo da pegada ecológica por esse consumo. Isso é contrário à tentativa de tornar o cálculo do PIB “verde” através da poupança genuína, que responsabiliza o país em que estaria instalada a indústria, devido ao cálculo da depreciação de ativos naturais.

Uma pegada ecológica menor do que a disponível no planeta representa a condição mínima para desenvolvimento sustentável. É preciso notar, porém, que a pegada ecológica é a medida da contribuição de uma região para uma sustentabilidade forte global, e não como aquela região especificamente será afetada pelos respaldos da degradação ambiental. Ou seja, ao contrário do cálculo de poupança genuína (cálculo de sustentabilidade fraca) a pegada ecológica tem uma preocupação global, e não somente local. Por exemplo: países africanos, cuja pegada ecológica é baixa (devido ao cálculo pela ótica do consumo, como já citado) serão tão vítimas do aumento do nível dos oceanos ou da temperatura global quanto os Estados Unidos, mesmo com a disparidade de pegada ecológica.

Apesar de seus méritos já citados, a Pegada Ecológica tem sido passível de diversas críticas metodológicas ao longo do tempo. Encontra-se na literatura duas principais críticas à aferição da Pegada Ecológica (DA VEIGA, 2010):

- a) há uma ponderação intrínseca no cálculo da Pegada Ecológica. Questiona-se a razoabilidade de se impor uma premissa de que, por exemplo, áreas florestais possuiriam peso diferenciado em relação à pesca, ou qualquer outro recurso natural. Nesse caso, faria sentido dizer que a substituição de florestas por áreas de cultivo agrícola aumentaria a biocapacidade disponível, desde que áreas de cultivo agrícola tivessem pesos maiores que as florestas no cálculo da pegada;
- b) a biocapacidade de uma área cultivada ou de pastagem é calculada pelo rendimento observado, enquanto necessitaria ser metrificada através do rendimento necessário para manter constante a sua capacidade no futuro, ou seja, medir um rendimento sustentável.

Assim, a Pegada Ecológica é considerada por alguns como a real medida de Sustentabilidade Forte, enquanto para outros, suas críticas não permitem que seja um bom parâmetro para aferir sustentabilidade, acreditando que se deveria medir separadamente os impactos, principalmente emissões de carbono, escassez de recursos hídricos e erosão da biodiversidade.

Por isso, para fins desse trabalho, analisaremos a situação ambiental israelense a partir de uma perspectiva ampla, não restringindo o estudo a um único indicador.

4 ISRAEL: HISTÓRIA ECONÔMICA

Neste capítulo, a intenção é dissertar sobre a história do Estado de Israel em uma perspectiva econômica e social. A parte militar e de relações internacionais permeará toda essa narrativa, desde picos em gastos com defesa até venda de títulos da dívida israelense para outros países, mas não pretende ser o foco de estudo. Este capítulo, apesar de outras citações, estará baseado principalmente em duas obras: (RIVLIN, 2010) e (GILBERT, 1998).

4.1 SIONISMO E IMIGRAÇÃO

A palavra “Yishuv” significa, em uma tradução livre do hebraico moderno, “Assentamento”. Essa palavra foi utilizada para descrever a Comunidade Judaica estabelecida no território da Palestina antes da declaração da independência em 1948. Portanto, para propósito deste trabalho, utilizaremos esse conceito e suas variações para descrever o que ocorria naquela região antes da existência de um Estado Judeu.

É impossível falar sobre a economia do Yishuv (e, por consequência, sobre toda a economia do Estado de Israel moderno) sem se referir a alguns assuntos. Dois deles, fundamentais para compreensão do desenvolvimento econômico da região: imigração e ideologia. Todos os outros temas podem ser relacionados à pelo menos um desses dois âmbitos.

O Sionismo é o movimento nacional judaico moderno. Nasce politicamente no final do século XIX, como consequência do iluminismo judaico⁴, da saída dos judeus dos Shtetls⁵, do nacionalismo como ideologia emergente e do antissemitismo como prática comum. Apesar de ter uma conotação religiosa e cultural envolvida, foi um movimento com traços extremamente seculares devido aos demais fatores já citados (RIVLIN, 2010). A religião e a cultura fornecem as bases para a formação (ou ressignificação) de judaísmo como povo, e mais tarde, como nação.

⁴ Haskalá: fenômeno conhecido como “iluminismo judaico”, incentivava a integração dos judeus na sociedade europeia. Seu principal ideólogo foi Moisés Mendelssohn que cunhou a frase característica: “Judeu em casa e alemão na rua”.

⁵ Pequenas cidades (vilarejos) de população predominantemente judaica, localizados principalmente na Europa Oriental.

“Na raiz do Sionismo, encontra-se um paradoxo.” (AVINERI, 1979, p.1). Tal paradoxo ocorre devido ao fato de que por mais que sempre tivesse havido na tradição judaica um sentimento profundo com relação à terra de Israel, nada foi feito até meados do século XIX. Se a tradição existia, e o antissemitismo não é novidade, a única explicação para o despontar do Sionismo nesse período é a secularização e, conseqüentemente, o nacionalismo.

O Sionismo deu origem então a uma série de movimentos migratórios para a “terra prometida”, e se torna impossível compreender o desenvolvimento econômico da região sem conhecer quem foram os judeus que chegaram naquele território em cada onda de imigração. O entendimento da “bagagem” carregada por tais imigrantes é essencial para a compreensão de indicadores econômicos em diversos momentos da história, como o nível do capital humano. Além de bagagem educacional, tais imigrantes muitas vezes trouxeram consigo uma carga ideológica para o país, o que vai explicar muitas das decisões de política pública não apenas no Yishuv como também em muitos anos que se seguem. Novamente, percebe-se a influência desses dois fatores para o desenvolvimento da região: imigração e ideologia.

A imigração para a região da Palestina no período do império Otomano e do Mandato Britânico teve uma classificação cronológica, o que veio a ser útil para distinguir as “bagagens” abordadas no parágrafo anterior. (RIVLIN, 2010).

Segundo Gilbert (1998), a primeira leva de imigração judaica para a região chamada “Primeira Aliá⁶” foi predominantemente proveniente da Rússia, entre os anos 1882 e 1903. Contou com aproximadamente 35 mil judeus que em sua maioria pertenciam a movimentos sionistas, como o BILU⁷ e o Hovevei Zion⁸. A maioria desses imigrantes se viu forçada a emigrar, como resultado do surgimento do antissemitismo político moderno, expresso pelos “Pogroms” (violentos massacres contra aldeias judaicas organizados pelo Estado). É importante notar que tais imigrantes, ao chegar à região, se estabeleceram em assentamentos

⁶ Aliá: Termo em hebraico que significa “subida”(tradução nossa). É uma referência a “subida” religiosa para a leitura da Torá (livro sagrado para o judaísmo) mas em hebraico moderno é utilizada para se referir a imigrar para a região onde hoje se localiza o Estado de Israel.

⁷ BILU: Movimento Sionista pioneiro em imigrações para a região onde hoje é Israel. O primeiro grupo a emigrar foi liderado por Israel Belkind, que mais tarde virou um famosos historiador e escritor.

⁸ Hovevei Zion: termo em hebraico que significa “Amantes de Sion”. (tradução nossa). Movimento Sionista criado em resposta aos Pogroms na Rússia. Teve como grande líder o autor chamado de pré-sionista Leon Pinsker.

agrícolas baseados na propriedade privada, o que demonstra que, diferente da maioria dos imigrantes sionistas da primeira metade do século XX, não possuíam ideais socialistas.

A “Segunda Aliá” iniciou-se em 1904 e teve fim em 1914 com o estopim da Primeira Guerra Mundial. Contou com aproximadamente 40 mil judeus vindos também da Rússia e por antissemitismo (Pogroms). O mais famoso Pogrom foi o chamado “Pogrom de Kishnev”, na região da atual Moldávia (na época, Bessarábia), uma província do império Russo. As dificuldades de absorção e a falta de uma economia pungente na região do futuro Estado de Israel fez com que quase a metade dos novos imigrantes abandonasse a região (GILBERT, 1998). Foi significativamente mais influente política e culturalmente que a primeira, pois era composta por jovens, com ideias socialistas que tomaram para si a responsabilidade de construir um Estado Judaico na região. Não por acaso, durante esse período houve diversos acontecimentos extremamente importantes para a história de Israel, que contaram com a participação ativa dos membros da Segunda Aliá: A criação do primeiro Kibutz (Degania) e a fundação da primeira cidade judaica no mundo (Tel Aviv), ambos em 1909. Seus membros falavam Hebraico moderno, língua revivida pelos imigrantes judeus, com destaque para Eliezer Ben Yehuda, integrante da primeira Aliá, mas cujo trabalho foi essencial para a ressurreição do idioma (RIVLIN, 2010).

A “Terceira Aliá” foi formada por todos aqueles que imigraram após o início da Primeira Guerra Mundial e antes do início da crise econômica no Yishuv em 1923. A principal causa para a nova leva de imigração é a Revolução Russa de 1917 e os novos Pogroms que se seguiram. Outro fator motivacional foi o início do Mandato Britânico e a “Declaração Balfour”, documento enviado ao Barão de Rothschild que afirmava que o governo britânico “via favoravelmente a criação de um Lar Nacional para o povo Judeu na Palestina”. A maior parte dos imigrantes dessa época eram oriundos da Europa Ocidental e da Rússia. A “Terceira Aliá” foi, juntamente com a segunda, a construtora da ideologia trabalhista judaica na região e fez parte da construção de instituições importantes para o desenvolvimento do Estado, como o sindicato dos trabalhadores “Histadrut” (que mais tarde veio a exercer um papel muito maior do que somente sindicato), a Assembleia Nacional e a Haganah (principal origem do atual Exército de Israel, que na época era um grupo clandestino paramilitar). (GILBERT, 1998).

De acordo com Gilbert (1998), A “Quarta Aliá” se deu entre 1924 e 1929 como resultado da crise econômica internacional, do antissemitismo na Polônia e de restrições à imigração para os Estados Unidos. A maioria desses imigrantes trouxe uma pequena quantia de capital e trabalhou na criação de pequenos negócios. Eram muito menos influenciados por ideais socialistas do que os que chegaram na onda anterior e muitos se instalaram em zonas urbanas, ao contrário dos seus predecessores que acreditavam na virada da pirâmide social (termo que será explicado posteriormente). Algo em torno de 80 mil judeus vieram nessa aliá, e ajudaram a recuperação econômica da crise de 1926.

Com a percepção e efetiva ascensão do Nazismo, ocorre mais uma onda de imigração para a Palestina. Havia uma restrição à imigração imposta pelo governo do Mandato Britânico, chamada de “Livro Branco”, que limitava a entrada de judeus na região em 18 mil pessoas por ano. Portanto, a maior parte dos judeus que buscavam refúgio do Terceiro Reich ingressou ilegalmente. Essa constitui a chamada “Quinta Aliá”, que ocorreu entre 1929 e 1939 e contou com entre 225 e 300 mil pessoas (RIVLIN, 2010).

Como resultado da imigração, o Yishuv se beneficiou não apenas com o rápido crescimento populacional, como também com a carga educacional trazida por muitos desses imigrantes (RIVLIN, 2010). O fato de grande parte dos imigrantes ter vindo da Europa Ocidental fez com que o número de anos de estudos médio aumentasse exponencialmente entre a população, e a situação em que metade da população é nascida fora do país e, portanto, tem outra língua como nativa se fez útil na medida em que houve a internacionalização da economia israelense. Nesse sentido, pode-se afirmar que um dos principais ganhos econômicos do Sionismo (expresso pela imigração) foi o educacional.

4.2 BASE AGRÍCOLA: DE 1904 A 1922

Os imigrantes da segunda e terceira aliá, foram muito influenciados não apenas pelas ideologias nacionalistas, como também por ideologias socialistas. Tiveram papel importante na Revolução Russa de 1905 e em movimentos comunistas e socialistas na Europa. Acreditavam que precisavam salvar os judeus não apenas do antissemitismo como também do capitalismo (GILBERT, 1998).

Segundo Rivlin (2010), no século XIX na Europa, os judeus eram proibidos de obter terras, além de viverem quase que exclusivamente em Shtetls devido às restrições de movimentação para as cidades. Portanto, não trabalhavam como agricultores mesmo quando a economia da época era fortemente baseada na agricultura. Trabalhavam como comerciantes e profissionais liberais, e por isso eram percebidos como “forasteiros”, que não tinham vínculos com as terras e, portanto, lealdade aos países que viviam. Muitas vezes tinham mais em comum com outros judeus de fora do país do que com os próprios compatriotas. Nesse sentido, o objetivo dos judeus socialistas (trabalhistas) era o de “inverter a pirâmide” da população judaica em termos da sua estrutura econômica e social.

Nessa lógica, “inverter a pirâmide” significaria criar em Israel uma sociedade em que a maioria dos judeus tivesse identificação com a terra, e tal laço só seria possível se a maior parte da população (base da pirâmide) trabalhasse efetivamente na terra, com agricultura.

Assim, a força de trabalho agrícola na Palestina se tornou dominante, tanto numericamente quanto politicamente. O foco em agricultura fazia sentido não apenas no âmbito econômico e estratégico como também no campo ideológico. Os colonos sionistas desenvolveram um sólido setor primário enquanto o resto do mundo se modernizava. Olhando para a história econômica moderna, nota-se que poucos países passaram para economias industriais sem desenvolver um setor agrícola forte, portanto, o foco em desenvolvimento agrícola era economicamente lógico. Pelo lado estratégico, a agricultura facilitava a ocupação do território e, portanto, sua delimitação, o que foi fundamental para sua defesa. Finalmente, no campo ideológico, sionistas famosos como Dov Ber Borochoy e Aaron David Gordon argumentavam que havia a necessidade de inverter a pirâmide social judaica e trabalhar a agricultura como forma de criar uma identificação com a terra, portanto, o desenvolvimento agrícola também estava alinhado com a ideologia sionista da época. (GILBERT, 1998).

Dentro deste cenário, cabe destacar o papel central dos Kibutzim (plural de kibutz). Em Hebraico moderno, Kibutz pode ser traduzido como comunidade agrícola igualitária. É um fenômeno único da sociedade israelense, não havendo nenhuma outra experiência similar de tamanha proporção e influência (RIVLIN, 2010).

A raiz da palavra “Kibutz” é a mesma da palavra “Kvutzá” que significa “grupo”. Nesse sentido, a vida em um kibutz está extremamente atrelada à convivência comum. Baseada na

equidade entre seus membros e na propriedade conjunta de terra e de todos os demais capitais, o kibutz é o espelho dos ideais socialistas trazidos por imigrantes principalmente das segunda e terceira gerações. Segundo Rivlin (2010) a proposta de “inverter a pirâmide” se traduziu em comunidade agrícolas, em que os membros não recebiam salários e sim todos os serviços básicos sem qualquer custo e em geral era dado uma pequena quantia monetária para gastos fora do Kibutz. Eram muito raros também os casos de expulsão por trabalho insatisfatório.

Em termos econômicos, mais interessante é analisar o sistema de incentivos dos integrantes dos kibutzim. Se não havia conexão entre esforço e salário, segundo a teoria econômica convencional, o resultado esperado seria o de colapso financeiro e ineficiência. Por seleção adversa, o fato de funcionários “piores” receberem a mesma quantia que os “melhores” geraria ineficiência pelo emprego apenas da mão de obra “ruim”, pois os “bons funcionários” não teriam incentivos para participar. Ainda, por risco moral, mesmo os empregados contratados escolheriam não se esforçar, pois sua remuneração não está atrelada ao próprio esforço (ABRAMITZKY, 2006). Porém, o que ocorreu na prática foi que muitos kibutzim prosperaram e ofereceram excelente qualidade de vida aos seus integrantes, além de terem sido parte fundamental na construção da base agrícola e industrial do futuro Estado de Israel. Ao contrário do que poderia se imaginar, a produtividade marginal do trabalho foi, durante muitos anos, maior nas indústrias e nas zonas agrícolas dos kibutzim que no resto da região (RIVLIN, 2010). A explicação econômica para isso seria que o incentivo para participação de “bons funcionários” era ideológico, o que mitigava a seleção adversa e que, no fundo, o esforço era sim atrelado ao resultado, não individual, mas coletivo, uma vez que a boa produtividade da produção era revertida em melhora nas condições de vida dos habitantes, o que reduzia com o risco moral. Em resumo: o fato de que os trabalhadores eram os próprios proprietários do capital somado ao desejo de construir um Estado judaico na região impulsionou o funcionamento dos kibutzim nesse estágio inicial.

Nesse sentido, os Kibutzim foram essenciais para o desenvolvimento econômico e social israelense. Tiveram um papel central na delimitação de fronteiras (e, portanto, na defesa) e formaram a base da agricultura e indústria do futuro país. Seus membros eram engajados política e militarmente, sendo a participação percentual de membros de kibutzim

nas organizações paramilitares e políticas muito maior do que na sociedade em geral (RIVLIN, 2010).

No campo político, o acontecimento marcante dessa época é algo extremamente significativo para a história moderna do povo judeu: a Declaração Balfour (1917). Esta foi uma carta enviada ao banqueiro judeu Barão Lionel Walter Rothschild pelo secretário britânico de assuntos estrangeiros James Balfour após pelo menos um ano de negociações entre os sionistas e o governo inglês. A intenção era que fosse utilizada como garantia de que uma vez terminada a Primeira Guerra Mundial, caminhar-se-ia na direção de um “[...] lar nacional para o povo judeu”. (BALFOUR, 1917, p 1.). Tal documento inflamou os ânimos de judeus ao redor do globo que perceberam pela primeira vez que seria realmente factível o atingimento do sonho sionista de uma pátria judaica. Ben Gurion (Primeiro Ministro de Israel) por sua vez, foi mais cauteloso e voltou a afirmar que “Apenas o povo judeu pode transformar esse direito em fato tangível; apenas eles, de corpo e alma, com força e capital, devem construir seu Lar Nacional e resultar em redenção nacional”. (GILBERT, 1998 apud GURION, 1917).

De acordo com Gilbert (1998), outro fato importante que ocorreu nessa fase foi a criação da Universidade Hebraica de Jerusalém em 1918. Tal criação ocorre 30 anos antes mesmo da independência de Israel e comprova o compromisso judaico e sionista com a qualificação de sua força de trabalho.

4.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO E MUDANÇA ESTRUTURAL: 1922-1939

Apesar dos imigrantes oriundos da segunda e da terceira aliá não serem tão expressivos em termos numéricos, sua influência por meio das instituições ideológicas que criaram foi muito maior do que o número sugere. A “Histadrut” (central sindical) teve uma relevância muito superior em relação a mesma instituição em outros países. Se tornou uma parte central do governo do Yishuv e mais tarde de Israel. Aglomerava a função não apenas de organização do trabalho como também de garantidora de serviços de bem-estar, não cobertas pelo mandato britânico como educação e saúde. Tal instituição funcionava inicialmente para proteger trabalhadores judeus não apenas vis-à-vis seus empregadores, como também com

relação à mão de obra árabe, que era mais barata e considerada uma ameaça à mão de obra judaica. Mesmo com a maioria dos imigrantes vivendo em vilas ou cidades fora dos kibutzim, muitos eram empregados por instituições afiliadas à Histadrut, e por isso, em 1920 (ano de sua fundação) a organização já possuía algo próximo a 5.000 membros e representava 75% da força de trabalho judaica no Yishuv (RIVLIN, 2010).

Nesse sentido, a Histadrut funcionava muito mais do que como uma organização de e para trabalhadores, pois operava também como “holding” de atividades como: desenvolvimento de novos assentamentos agrícolas, atividade industrial, organização do sistema financeiro, seguradora, habitação, construção, transporte, serviço social e atividades culturais. Seu objetivo inicial era proporcionar empregabilidade total da força de trabalho, assim como gerar alto padrão de vida, ou seja, ajudar os judeus a atingir dignidade social, o que lhes foi negado muitas vezes na Diáspora (RIVLIN, 2010).

Assim, a partir de 1921, começou a criar uma série de companhias para atingir esses objetivos. Dentre elas: o Banco dos Trabalhadores (Bank Hapoalim) e a Cooperativa dos Trabalhadores (Hevrat Ovdim) (RIVLIN, 2010).

Segundo Gilbert (1998), em 1927, ocorreu algo que mudou o modo de enxergar da organização: a quebra da construtora Solel Boneh. Tal evento fez com que a Histadrut começasse a entender a importância de reserva de capital independente. Isso possibilitou então a redução da vulnerabilidade da organização, e logo, do mercado de trabalho na região.

Na prática, a Histadrut funcionou no Yishuv ocupando diversas atividades que são tipicamente responsabilidade de governos, e, portanto, logo após a independência de Israel, a organização foi enxugada e boa parte das suas atribuições (educação e absorção de imigrantes, por exemplo) passaram para o Estado (RIVLIN, 2010).

Impulsionada pela força de trabalho, pela alta qualidade do capital humano devido à imigração europeia (medida em anos de escolaridade) e pela importação de capital, a economia do Yishuv cresceu rapidamente na década de 1920. Outro fator relevante é a proposta britânica de não interferir (e até ajudar) no desenvolvimento de setores importantes da economia como sais minerais do Mar Morto e geração e distribuição de energia elétrica. Os mesmos também forneceram proteção para a indústria local e estimularam seu desenvolvimento (RIVLIN, 2010). Ainda de acordo com Rivlin (2010), essa situação muda radicalmente com o chamado “Livro Branco de 1939” que limitará a imigração judaica para

região, gerando uma tensão grande entre sionistas e britânicos que perdurará até a independência de Israel em 1948.

Conforme afirma Rivlin (2010), a importação de capital também foi extremamente importante para o desenvolvimento da região. O Yishuv (e mesmo Israel nos primeiros anos) não atraía investimento direto estrangeiro. Poucos judeus e não-judeus estavam dispostos a arriscar seu próprio capital montando negócios. Judeus sionistas, todavia, doavam dinheiro para ajudar no desenvolvimento do Yishuv. Estes doavam para organizações quase-governamentais criadas pelo movimento sionista. Tais organizações ganharam então espaço vis-à-vis o setor privado. Eram controladas por socialistas (influenciados por ideias dos imigrantes da 2ª e 3ª aliá), e, por isso, o investimento na agricultura foi favorecido. A maioria do capital importado, no entanto, foi trazido pelos próprios imigrantes.

Desse modo, o período entre o início do chamado “Mandato Britânico na Palestina” e o começo da Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma profunda mudança estrutural, em que a economia judaica sobrepôs a economia árabe, tanto no que diz respeito à agricultura quanto a manufatura e construção civil. Com o crescimento da manufatura e da construção civil, enquanto que em 1921 a economia judaica era 31% da economia Árabe, em 1939 este número passa a ser 141% (RIVLIN, 2010).

Em suma, Rivlin (2010) afirma que a fórmula de importação de capital somada à imigração se mostrou extremamente frutífera no que diz respeito a crescimento econômico. Pelo lado da demanda, os novos imigrantes consumiam bens duráveis, procuravam habitação e outros serviços, além de que seu acréscimo à força de trabalho gerou aumento da produtividade e do retorno ao capita investido. Ou seja, os imigrantes trouxeram além da bagagem educacional já mencionada, uma movimentação necessária para a aceleração da economia.

4.4 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E PRÉ-INDEPENDÊNCIA (1939-1947)

Segundo Gilbert (1998), quando a Alemanha invadiu a Polônia e deu início à Segunda Guerra Mundial, a liderança e toda a população do Yishuv se viu em um enorme conflito de interesses. Se por um lado, o Livro Branco de 1939 impôs diversas barreiras à criação de um Estado Judeu independente e soberano colocando britânicos contra sionistas, por outro,

judeus estavam sendo perseguidos em uma das maiores tragédias humanitárias da história, o Holocausto. Nesse sentido, as palavras de David Ben Gurion expressavam bem tal dilema: “Lutaremos com os britânicos contra Hitler como se não houvesse Livro Branco; lutaremos contra o Livro Branco como se não houvesse guerra”. (GILBERT, 1998, p. 101, apud GURION, 1939).

Um episódio político e estratégico que cabe menção é o plano conhecido como “11 pontos do Neguev” liderado pela Agência Judaica (mais um órgão quase-governamental cujo objetivo inicial era de organizar a imigração judaica tanto no que diz respeito às negociações com o governo turco quanto na compra de terras para assentamentos). Tal plano consistia em estabelecer 11 assentamentos na região do Deserto do Neguev para garantir a presença judaica área na esperança de que mantivessem o local dentro das fronteiras do Estado Judeu em qualquer acordo futuro. Em conjunto com a Haganá e o Fundo Nacional Judaico (cuja sigla em hebraico é KKL) na madrugada do dia 5 para o dia 6 de outubro de 1946, tais instituições estabeleceram os assentamentos de acordo com o planejado. Alguns desses locais viraram Kibutzim, incluindo o Kibutz Hatzerim onde estabeleceu-se anos depois a companhia “Netafim”, pioneira na técnica de irrigação por gotejamento.

Em termos econômicos, mesmo devido à paralização do comércio de frutas cítricas em decorrência da Grande Guerra, a época foi de relativa prosperidade principalmente porque o Yishuv tinha relações econômicas importantes com os postos britânicos no Oriente Médio. A exportação de bens e serviços para militares britânicos atingiu níveis nunca antes vistos durante o período de 1940-1947 (RIVLIN, 2010). Ainda segundo Rivlin (2010), tal período, funcionou para ratificar a ideologia autossuficiente do governo de esquerda e de boa parte da sociedade, que perdurou pelos primeiros anos após a Declaração de Independência de 1948. Esta era uma ideologia defendida por diversos outros países em desenvolvimento na época, porém, a quebra desses paradigmas foi o que permitiu o grande crescimento econômico da década de 1950.

Rivlin (2010) conclui que a atividade econômica pré-independência estabelece as bases para o que viriam a ser décadas de extrema prosperidade e crescimento. Uma economia com bases agrícolas fortes, com planejamento central (por necessidade e ideologia), população aumentando exponencialmente e trazendo consigo um capital humano que demoraria muitos anos para ser desenvolvido localmente.

4.5 PARTILHA DA PALESTINA, INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL E RUMO A LIBERALIZAÇÃO (1947-1960)

No dia 29 de novembro de 1947, a recém-criada Organização das Nações Unidas debateu e votou a Resolução 181 que definira a Partilha da Palestina. Oswaldo Aranha (diplomata brasileiro) presidiu a seção histórica em que 33 votaram a favor, 13 contra e 10 se abstiveram. Para os judeus da diáspora aquilo representou o “[...] fim de 2.000 anos de falta de um lar para o povo judeu”. (GILBERT, 1998, p 150 apud American Zionist Emergency Council.). Em maio, menos de meio ano depois, Ben Gurion declarou a independência de Israel e pôs fim ao mandato britânico na Palestina. Os Estados Árabes reagiram imediatamente e assim se iniciou oficialmente a Guerra de Independência.

Um dos primeiros atos do governo do novo país foi abrir os portos à imigração de judeus. Agora os sobreviventes do Holocausto e outros judeus da diáspora teriam finalmente um lar nacional e um governo que os defendesse (GILBERT, 1998).

Em termos econômicos, Israel estava em um ambiente conturbado, uma vez que entrou em guerra com todos seus vizinhos próximos. Além das consequências óbvias de uma guerra, cabe ressaltar alguns acontecimentos que ocorreram devido ao fato de que esse conflito eclodiu justamente por conta da declaração de independência. Nesse sentido, muitos Árabes saíram do território (que agora já era Israel) em direção aos países vizinhos. Apesar de isso não ter sido arquitetado (e gerar divergência política até hoje), o fato é que o êxodo em massa de Árabes abriu espaço para a acomodação dos novos imigrantes judeus, principalmente no que diz respeito à moradia. (RIVLIN, 2010).

Nesse sentido, a independência somada a guerra gerou um fluxo migratório gigante na região. Ao mesmo tempo em que se estima que 700 mil árabes deixaram o país, outros tanto judeus chegaram ao país vindos de países Árabe. Tais novos imigrantes receberam alguma assistência, mas o fluxo foi tamanho que apenas o mínimo lhes foi oferecido via cofres públicos. Inicialmente, dezenas de milhares foram instalados em acampamentos em todo território nacional antes de serem movidos para pequenos estabelecimentos fornecidos pelo governo. É interessante reparar que mesmo em período belicoso e tão precoce em termos governamentais, algo (mesmo que tão pouco) foi destinado a receber os membros do povo judeu que estavam espalhados pelo mundo. No período em questão, a população judaica no

agora Estado de Israel dobrou, ainda que a Guerra de Independência tenha dizimado cerca de 1% da população judaica em Israel (GILBERT, 1998).

De acordo com Rivlin (2010), logo após o fim da guerra, a prioridade do governo de David Ben Gurion era reduzir ao máximo o desemprego. Porém, alguns obstáculos eram evidentes, entre eles, a falta de recursos nos cofres públicos e a chegada em massa de imigrantes. Nesse sentido, foram tomados empréstimos de bancos privados e emitidos títulos públicos. Ainda, houve aumento na oferta monetária, o que gerou inflação. Tais medidas possibilitaram o governo se financiar e manter um desemprego de 8,1%, taxa muito baixa dado o aumento abrupto da força de trabalho. O novo governo, mantendo sua orientação trabalhista e de economia planificada e igualitária, instituiu uma política de austeridade, em que bens de consumo e serviços básicos seriam racionalizados. Mesmo com essas medidas, em pouco tempo houve um aumento forte nos preços e o surgimento de mercados negros. Mas nem só de problemas transcorreu essa etapa: muito investimento em infraestrutura gerou a construção de diversas estradas e unidades habitacionais, além de que o governo desenvolveu e passou a oferecer serviços básicos como correios, telecomunicações, linhas de trem, aéreas e rádio. (RIVLIN, 2010).

Durante o período pré-1952, a política governamental focou em atingir autossuficiência econômica. O foco continuou sendo agricultura, uma vez que além do governo trabalhista, ainda fazia sentido investir no primeiro setor, pois com o aumento populacional e as ameaças geopolíticas, era necessário mais que nunca dispersar a população por todo o território. Nesse sentido, o preenchimento populacional de áreas como o deserto do Neguev e a Galileia funcionou para fortalecer a segurança e a reivindicação do povo judeu por esse território. (RIVLIN, 2010).

Como o Estado de Israel era extremamente jovem, era de se esperar que nenhum agente do setor privado tivesse interesse em investir em áreas mais remotas, por isso, a ideia de intervenção estatal ganhou ainda mais força. Em termos de comércio internacional, pela própria natureza do governo intervencionista, era óbvia a decisão de proteger os produtores nacionais por meio da taxa de importações, como realmente ocorreu.

O indicador de distribuição de renda foi talvez o mais afetado pela imigração em massa pós-independência segundo Rivlin (2010). Os novos imigrantes foram, em sua maioria, alocados para trabalhos em áreas rurais e mais remotas, e por não possuírem quase nenhum

background nesses setores, sua produtividade (e, logo, seu salário) era extremamente baixa, o que resultou em uma extrema desigualdade de renda. Os judeus que já habitavam a região na época do Yishuv cresceram e assumiram posições de gerência. Ainda, como a maioria dos novos imigrantes era oriunda de países Árabes enquanto os mais antigos vieram da Rússia ou da Europa, isso criou uma desigualdade étnica, o que geraria um problema social que perduraria pelas próximas décadas. Por isso também, o nível médio de escolaridade caiu muito na década de 1950, uma vez que tais novos imigrantes possuíam uma grande disparidade em termos de número de anos de estudo em relação aos imigrantes antigos (RIVLIN, 2010).

Outro fator que foi definidor, tanto para o aumento da desigualdade étnica quanto para o próprio crescimento da economia israelense, foi o pagamento de “reparações” pelo Holocausto pela Alemanha aos que sofreram com a perseguição nazista. (GILBERT, 1998). Mais uma vez, a bagagem trazida pelos imigrantes definiu diversos indicadores sociais e econômicos no novo Estado.

A década de 1950 marcou o começo do abandono do pensamento e da prática de economia planificada e protecionista. Em 1952, a economia israelense sofria com a falta de comércio exterior e com o aumento do desemprego. Assim, o governo Ben Gurion desvalorizou a Lira (moeda israelense da época) e tomou medidas para controlar o déficit primário e relaxamento da política de controle de preços na tentativa de reduzir a inflação. Nesse sentido, a conjuntura econômica e financeira de crise pressionou o governo israelense a aceitar a oferta de pagamento de reparações pelo Holocausto pela Alemanha. Além de pagar “restituições” aos judeus europeus que sofreram com o Nazismo, a Alemanha ocidental pagaria à Israel a quantia de 800 milhões de dólares. Tais pagamentos, somados a venda de títulos da dívida pública israelense (principalmente aos EUA) funcionaram para angariar fundos externos e não apenas tirar a economia israelense da crise, mas proporcionar um crescimento econômico exponencial. (RIVLIN, 2010).

Trazer capital ao invés de incentivos à exportação é uma decisão de política econômica, e tem suas consequências. Pela teoria econômica liberal, a desvalorização da Lira israelense deveria incentivar a produção em território nacional pelas vantagens comparativas de exportação. Nesse cenário, investidores trariam a tecnologia e a gestão e empregariam parte da população desempregada. Porém, na concepção do governo trabalhista, isso contrariava

os ideais sionistas e socialistas, na medida em que seus objetivos eram de criar trabalhos bem pagos e prover um alto padrão de vida, inclusive para atrair imigrantes. Além do mais, a importação de capital permitiria que o próprio governo definisse onde seriam alocados os recursos escassos, e o mesmo não ocorreria caso o mercado ditasse as regras.

Em termos estruturais, a partir de 1954 o governo israelense percebeu que o crescimento via investimento no primeiro setor estava com seus dias contados. Iniciou-se então uma nova fase de industrialização, porém, como havia pouco capital humano especializado em empreendedorismo em Israel, se buscava judeus empreendedores que estariam dispostos a vir para a região com incentivos para começar negócios. Tais incentivos incluíam terra, capital e trabalho, além de uma proteção de mercado em relação importações. Entretanto, tais investimentos deveriam sempre seguir a regra de ocupação sionista de áreas como o Neguev e a Galileia. A política funcionou e Israel passa para um novo estágio industrial de desenvolvimento. Contudo, tal política criou uma dependência em relação ao setor privado que duraria por muitos anos. (RIVLIN, 2010).

Aqui cabe um parêntese para abordar um tema extremamente relevante que é a questão de estrutura de água e óleo. Durante os anos 1950 e 1960, Israel construiu o Aqueduto Nacional, uma tubulação que ligaria o Kinneret (lago da Galileia) até o norte do deserto do Neguev. Esse aqueduto acabou se tornando o principal fornecedor de água para todo o país, e dado o tamanho da sua construção, uma vez terminada a obra em 1964, houve uma pequena recessão, pois não havia outro projeto de mesma capacidade de geração de empregos. Israel também passou por problemas sérios no que concerne obtenção de petróleo, principalmente devido ao boicote dos países árabes. No início da década de 1950, a maior parte do petróleo utilizada pelo país vinha da Venezuela, mas uma parte relevante já vinha do Irã. Porém, a situação inverteu, e a partir da metade da década, 90% do Petróleo utilizado vinha do Irã (RIVLIN, 2010).

Os primeiros doze anos do Estado de Israel foram então marcados por uma reviravolta econômica impressionante. Inicialmente o país sofreu uma profunda crise econômica, de escassez e desemprego, que veio a ser superada, segundo análise de Rivlin (2010) graças ao pagamento de reparações pela Alemanha Ocidental somado a venda de títulos públicos israelenses e a política de estímulos ao empreendedorismo, que proporcionaram um crescimento médio de 17% ao ano na segunda metade da década de 1950.

4.6 GUERRA, REVIRAVOLTAS ECONÔMICAS E POLÍTICA A CAMINHO DA LIBERALIZAÇÃO (1960-1972)

Novamente a década foi marcada por reviravolta na economia. O começo dos anos 1960 foi um período de tensão econômica, tanto por conta da balança comercial desfavorável (devido ao aumento da demanda interna) quanto pela ansiedade com a finalização dos pagamentos de reparações pela Alemanha. Além disso, a entrada de Israel na Comunidade Econômica Europeia foi posta em cheque pela oposição francesa. (RIVLIN, 2010).

Devido ao crescimento econômico astronômico a partir da metade da década de 1950, o consumo interno cresceu em taxas mais altas do que a produção nacional, o que teve impactos na balança de pagamentos, uma vez que se fez necessário aumento de importações e o mercado interno absorveu boa parte do que seria destinado a exportações. Por isso, em 1962, o então ministro de finanças Levi Eshkol apresentou um plano de estabilização, com caráter liberal: desvalorização da moeda israelense e redução do protecionismo.

Tal plano, somado a redução das Reparações pelo Holocausto fizeram com que a economia entrasse em recessão. A taxa de desemprego triplicou entre 1965-1967 e crescimento do PIB em 1966 tendeu a zero e em 1967 ficou no patamar de quase 3% (enquanto a média da década anterior era de 10%) (GILBERT, 1998).

A situação muda drasticamente com a Guerra dos Seis Dias em junho de 1967. Os gastos públicos sobem rapidamente, e a atividade econômica volta ao patamar de crescimento anterior. A vitória no conflito muda radicalmente a imagem de Israel no resto do mundo. O pequeno e jovem país se torna uma potência militar e uma onda de otimismo surge e dura até a Guerra de Yom Kipur em 1973. Isso fez com que o crescimento saltasse de quase 3% em 1967 para 15,3% em 1968 com a ajuda de investimentos estrangeiros e entrada de capital. (RIVLIN, 2010).

Os anos imediatamente após a Guerra dos Seis Dias (1967-1972) foram marcados não apenas pelo otimismo e grande entrada de capitais, como também por um aumento subido de mão-de-obra devido a anexação de territórios durante o conflito. O número de Árabes trabalhando dentro do território israelense triplicou, além de outra grande onda de imigração do ocidente, novamente capital humano de qualidade que foram rapidamente integrados ao mercado de trabalho.

O fim desse período marca o fim do que se pode chamar de “milagre econômico israelense” de crescimentos astronômicos principalmente causados pela chegada de capital humano e financeiro, além de políticas econômicas acertadas. Entre 1950-1960 a população israelense aumentou em 61% (RIVLIN, 2010). O nível educacional da força de trabalho também aumentou muito, mesmo com a entrada de imigrantes do norte da África e do Oriente Médio que trouxeram esse número inicialmente para baixo. Isso foi resultado de programas de treinamento e capacitação promovidos pelo governo israelense. Tais fatores, proporcionaram um crescimento extremo na produtividade da economia, e os investimentos feitos foram praticamente todos oriundos de capital estrangeiro, seja pela venda de títulos israelenses ou pelas reparações pelo holocausto.

Ou seja, o papel do Estado nesse momento foi, segundo Rivlin (2010) o de organizar e estimular a entrada de capitais (físico e humano). Isso permitiu que o país passasse de um estágio de desenvolvimento em que agricultura eram fundamentais para o crescimento para um momento em que a gestão e a tecnologia se tornariam a base. Nesse sentido, o sucesso da política governamental desse período pode ser resumido da seguinte maneira: uma absorção bem-sucedida de um grande número de imigrantes, rápido crescimento econômico e aumento da qualidade do capital humano.

Em relação ao debate econômico, pela primeira vez a política do governo trabalhista foi colocada em cheque. Acadêmicos da Universidade Hebraica de Jerusalém, membros da direção da Histadrut, do Banco de Israel e dos ministérios de finanças, agricultura e comércio iniciaram um debate a partir dos anos 1960 sobre a liberalização da economia e o fim da política protecionista e regulada, vinda ainda das ideologias socialistas trazidas pelos imigrantes sionistas. Em termos práticos, a reforma de 1962 deu início a liberalização econômica, ainda que de maneira devagar e ponderada, feita por um comitê que possuía representantes de ambos os campos ideológicos (pró e contra a continuidade do protecionismo). O resultado foi que cada caso (cada indústria) foi analisado separadamente e em 1968 apenas 50% dos bens manufaturados foram flexibilizados (RIVLIN, 2010).

4.7 1973-1984: CRISE, LIBERALIZAÇÃO E HIPERINFLAÇÃO

Yom Kipur é o dia mais sagrado do ano para o povo judeu. Neste dia em Israel, tradicionalmente, as ruas ficam vazias, judeus religiosos vão para a sinagoga e mesmo os laicos se vestem de branco e andam de bicicletas pelas cidades. Nenhum carro é avistado nas ruas. Não é um dia qualquer. Mas o Yom Kipur de 1973 não seria como todos os anos.

Na manhã do dia 6 de outubro de 1973, Yom Kipur daquele ano, uma coalisão de países árabes liderados por Síria e Egito iniciaram um conflito traumático na história de Israel, que deixaria 2.600 soldados israelenses mortos e mais de 7.000 feridos. Tal guerra também foi um divisor de águas na performance econômica: a partir desse momento até 1985 Israel passaria por diversas crises econômicas de baixo crescimento, piora na balança de pagamentos e inflação galopante (RIVLIN, 2010).

Além de um ano importante para Israel, 1973 representou um ano fundamental na compreensão de todo o século XX. O apoio americano a Israel causou indignação nos países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) que capitaneados pela Arábia Saudita, a organização decidiu inicialmente por reduzir em 5% a produção de Petróleo. Quando o presidente Nixon dos Estados Unidos respondeu autorizando uma remessa de equipamentos militares para Israel, a OPEP optou por um embargo aos EUA, que gerou a primeira crise mundial do petróleo. Diversos autores, porém, veem a Guerra como pretexto para o desejo anterior da OPEP em elevar os preços mundiais do petróleo (SCALERCIO, 2003).

Os altos preços do petróleo tiveram efeito na economia israelense logo após a guerra. Devido ao embargo econômico, Israel não podia comprar petróleo por contratos, logo acabou pagando o dobro do preço daqueles que compravam petróleo de ofertantes do Oriente Médio. Tal situação só foi se normalizar com os acordos interinos com o Egito em 1976, em que Israel se comprometia a evacuar a maior parte dos campos de petróleo no Sinai e obteve a garantia de compra de petróleo via Estados Unidos, a um preço dentro da média mundial. Além disso, Israel recebe também dos EUA um pacote de auxílio para ajudar a financiar o déficit gerado pelos altos gastos militares da Guerra. (RIVLIN, 2010).

O período logo após a Guerra de Yom Kipur foi extremamente penoso para a economia israelense. O PIB cresceu em média 1% nos quatro anos seguintes, investimentos caíram

abruptamente e as exportações diminuíram de maneira ininterrupta até 1976, prejudicando a balança comercial. A lira israelense desvalorizou e subsídios foram cortados devido a alocação de recursos para defesa. Precisava-se financiar o déficit da Guerra, por isso, o governo israelense implementou um programa de austeridade, elevando os preços de diversos bens e serviços importantes como consequência. (RIVLIN, 2010).

De acordo com Rivlin (2010), foi nesse contexto de crise e austeridade que ocorreram as eleições nacionais de 1977. Tal pleito mudaria pela primeira vez a característica trabalhista que governou Israel até o momento, colocando no poder um representante da classe de imigrantes do norte da África e de países do Oriente Médio, que como já citado anteriormente, possuíam um status social menos favorecido em relação aos imigrantes europeus. Dentre os motivos da perda de poder pelos trabalhistas, depois de 29 anos governando, estavam a crise econômica e social gerada pela Guerra de Yom Kippur e o ressentimento dos imigrantes menos favorecidos para com os líderes de esquerda. Além disso, percebe-se uma mudança nas preferências dos eleitores em temas como segurança da esquerda para direita. Esse fato é exemplificado na substituição da aliança dos religiosos com a esquerda para o apoio deste grupo a direita, o que permitiu a ascensão de Menachem Begin (líder do partido direitista) ao poder.

Porém, havia um paradoxo nos ideais do Likud (partido de Menachem Begin). Enquanto a ideologia liberal de membros importantes dentro do partido indicava uma redução do gasto governamental, aumento da eficiência da máquina pública, privatizações e menor intervenção do Estado, o eleitorado de imigrantes orientais esperava políticas populistas que ajudassem a reduzir as diferenças sociais entre imigrantes já explicitadas. Essa tensão será importante para entender as decisões de alocações de recursos no recém-eleito governo direitista. (RIVLIN, 2010).

Nesse sentido, a restrição orçamentária do novo governo se tornou quase impossível se ser atingida, principalmente pelo comprometimento do Likud em expandir assentamentos judaicos na Cisjordânia e em Gaza. Além do extenso debate social e político dessa política, em termos econômicos isso representava uma expansão da política de desenvolvimento, agora por uma área geográfica significativamente maior. (RIVLIN, 2010).

Assim, uma série de políticas fiscais foram tomadas para levar a economia israelense rumo a uma maior liberalização. A lira israelense desvalorizou, tarifas de viagens foram

abolidas, e a principal mudança foi a agora possibilidade de se comprar ativos indexados em moedas estrangeiras o que os protegeria contra a desvalorização. A liberalização via política cambial não foi, contudo, acompanhada de uma redução nos gastos do governo. Ao contrário da política de austeridade do período imediatamente anterior, os gastos públicos aumentaram ao invés de reduzir. Os acordos de Camp David em 1979 não ajudaram nesse sentido. Enquanto os gastos com defesa deveriam ser reduzidos após a guerra, os acordos incorreram em gastos de transporte das bases do Sinai (que seria devolvido) para bases no Neguev. Em resumo, o déficit público que vinha sendo reduzido entre 1974-1977 passa a aumentar.

Constata Rivlin (2010) que a principal consequência das reformas implementadas pelo novo governo é a inflação, que vai assolar a economia israelense até 1985. Tal crescimento da inflação ocorreu devido grande parte a desvalorização da Lira, que aumentou os custos de importação, que foi passada para a população pela demanda inelástica por bens de consumo. O sistema de indexação garantia uma conexão entre o aumento de salários com o aumento do custo de vida, fazendo com que o aumento de preços fosse passado para a economia como um todo. Esse é o principal motivo pelo qual medidas de austeridade tiveram pouco efeito em reduzir a inflação nos anos seguintes.

Em 1979, a inflação israelense foi de 76%. Percebendo a gravidade do problema, o novo ministro de finanças Yihal Horovitz introduziu uma série de medidas anti-inflacionárias designadas a melhorar a balança de pagamentos e reduzir a inflação. Subsídios ao consumo e empréstimos sem juros foram cortados, ao mesmo tempo em que o Banco de Israel (banco central israelense) fazia uma política monetária contracionista para reduzir os efeitos inflacionários da entrada de capital devido às altas taxas de juros. Nesse sentido, a redução da oferta monetária e as políticas de austeridade tiveram êxito em reduzir o consumo das famílias. Porém, como já citado anteriormente, os gastos com defesa (nesse caso devido ao acordo de paz) fizeram com que os gastos do governo aumentassem em 9%. Assim, as políticas de Horovitz ajudaram a reverter a situação da balança de pagamentos, ou seja, devido a redução da demanda interna as exportações aumentaram em relação as importações. (RIVLIN, 2010).

Desde 1960 havia uma discussão sobre o nome de origem não-judaica da moeda israelense, uma vez que a Lira era uma clara referência ao mandato britânico na Palestina. Em fevereiro de 1980, juntando o útil ao agradável, entrou em vigor o Shekel israelense, que

além de tornar o nome da moeda para algo culturalmente mais adequado, cortou um zero na tentativa de reduzir a inflação, ou seja, o Shekel corresponderia agora a 10 Liras israelenses.

De acordo com Rivlin (2010), se dependesse do ministro das finanças, novamente em uma eleição ocorreria em um contexto de crise e austeridade. Ao aproximar-se as eleições de 1981, no entanto, o governo se recusou a apoiar seu plano e aprovou apesar do veto de Horovitz um ajuste nos salários dos professores. Por isso, o mesmo renunciou à posição de ministro antes das eleições. Seu sucessor, Yoram Aridor, imediatamente muda de sentido a política fiscal, oferecendo subsídios, redução de impostos e desaceleração na desvalorização do shekel, tudo isso na expectativa de aumentar o consumo.

Há extensas evidências na literatura econômica de que políticos têm incentivos a utilizar a política pública para benefício próprio (tipicamente reeleição). É amplamente aceita a hipótese de que políticos que estão no cargo às vésperas de eleições tendem a se utilizar de políticas fiscais expansionistas para aumentar sua probabilidade de reeleição (DRAZEN, 2008), porém não é óbvio que, na média, essa estratégia funciona (DRAZEN, 2005). Às vésperas das eleições israelenses de 1981, no entanto, tal tática funcionou. O Likud (partido governista) se utiliza dessa tática populista para garantir maioria no parlamento, e logo, a sua continuidade no poder. Entretanto, tal estratégia de política fiscal expansionista teve uma consequência severa: acelerar ainda mais a hiperinflação israelense. (RIVLIN, 2010).

Segundo Rivlin (2010), entre 1979 e 1985 a hiperinflação israelense destruiu o mecanismo de preços do país. Teve sua origem no começo da década de 1970, ainda que de maneira desacelerada e foi ganhando força com o passar dos anos. Em 1984 a taxa de inflação atingiu o ápice e ficou na casa dos 445% neste ano. Acredita-se que a origem desse fenômeno monetário no caso israelense é a passagem rápida de um ciclo econômico de boom para a recessão pós-1973, em que o déficit público subiu de praticamente zero para 16% do PIB. Até 1973, esses efeitos não atingiram o caminhar das políticas públicas, pois a economia era forte e estável. A causa principal do aumento do déficit público foram os gastos com defesa, mas houve também aumento de gastos com subsídios, transferências de renda e pagamento de juros. Após a guerra de Yom Kippur, a situação muda devido à desaceleração econômica.

A partir de 1975, ao invés de uma grande desvalorização cambial para segurar a inflação, o governo implementou um mecanismo conhecido como “crawling peg”, ou seja, desvalorizações cambiais pequenas e espaçadas. Tal mecanismo funcionou para reduzir

consideravelmente a diferença temporal de ajuste de expectativas e com isso, reações mais rápidas a choques eram observadas. Esse mecanismo que permitiu que a inflação continuasse a crescer: todos sabiam que se os salários e preços aumentassem, isso seria rapidamente seguido por desvalorizações cambiais que levariam a economia de volta ao patamar (real, e não nominal) antes do aumento dos salários e, logo, do custo de vida. Esse processo foi ainda mais intensificado com a liberalização de 1977 (principalmente a possibilidade de comprar ativos indexados em outras moedas) e a mudança de política fiscal de 1981. (RIVLIN, 2010).

Com a aproximação das eleições de 1984, a história se repetiu e a política econômica foi novamente revista e mudada para uma posição expansionista. Porém, dessa vez, as eleições terminaram quase que empatadas entre os dois maiores partidos israelenses. O Likud (de centro-direita) e o Avodá (trabalhista de centro-esquerda). Nesse sentido, um governo de aliança nacional foi estabelecido, em que cada partido ficaria dois dos quatro anos no poder (GILBERT, 1998).

O governo recém-eleito desvaloriza o shekel, reduz subsídios e introduz restrições sobre importações. A inflação apenas acelera e bate o patamar de 536% no terceiro trimestre de 1984. Como tentativa de acabar com o problema, o governo implementa um congelamento de preços e salários de novembro de 1984 a janeiro de 1985. A Histadrut (central sindical) concordou com o congelamento de salários apenas se isso estivesse atrelado a um congelamento também nos preços de produtos e serviços subsidiados (básicos). A inflação realmente desacelerou, mas o mesmo não ocorreu com as pressões inflacionárias. Parte disso devido ao aumento de gastos públicos com subsídios. Ao fim do congelamento, os preços dispararam e outros dois congelamentos foram então implementados, o último deles deveria durar por mais seis meses. A principal razão pela qual essas medidas não funcionaram foi o alto nível do déficit público, financiado quase que exclusivamente por mecanismos inflacionários (títulos da dívida atrelados à inflação). A taxa de câmbio flutuante também ajudou a aumentar as pressões inflacionárias devido aos altos preços de produtos importados. (RIVLIN, 2010).

4.8 PLANO DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA (1985)

Como definido nas eleições de 1984, haveria um governo de união nacional, composto pelos dois maiores partidos (trabalhista e de centro-direita), em que cada um governaria por dois anos. Os primeiros dois anos foram o turno de Shimon Peres, do partido trabalhista. No começo de 1985, estava claro para todos (governo e população civil) que o congelamento de preços não era uma boa alternativa para combater a hiperinflação que assolava a economia do país. Assim, o governo trabalhista montou um time de economistas liderados por Michael Bruno para colocar em prática o que foi chamado de “Plano de Estabilização Econômica”. (RIVLIN, 2010). Tal plano, seria uma mistura de soluções liberais com táticas heterodoxas de controle de preços. Tais componentes eram: desvalorização cambial, redução drástica do déficit público e congelamento de todos os agregados econômicos indexados em Shekel, todos com ajustes pré-estabelecidos: salários, preços e câmbio nominal. Tudo isso acompanhado de uma disparada na taxa de juros do país, sob o risco de levar Israel a uma depressão. Além do mais, criou-se uma nova moeda: o Novo Shekel, que substituiu o Shekel original cortando três zeros. Tal nova moeda vigora até os dias de hoje.

Ou seja, em resumo, o Plano de Estabilização econômica de 1985 tirou Israel da hiperinflação que era consequência da crise que vinha se alastrando desde a Guerra de Yom Kipur em 1973. As medidas que foram tomadas para tal, foram: corte significativo dos gastos do governo (e por consequência no déficit público), acordo com a Histadrut para controlar salários, congelamento de preços temporário para produtos básicos de bens e serviços, desvalorização brusca do Shekel seguido por uma temporada de câmbio fixo e redução da possibilidade de impressão de moeda pelo Banco de Israel. O plano consistia em medidas tanto heterodoxas (como o congelamento de preços) quanto ortodoxas (como a redução no déficit público). Segundo os próprios criadores do plano, as medidas mais importantes tomadas foram as no sentido de reduzir os gastos públicos e como consequência o déficit público como um todo. (RIVLIN, 2010). Tal plano serviu de orientação para que outros países pudessem superar a hiperinflação, entre eles, o Brasil.

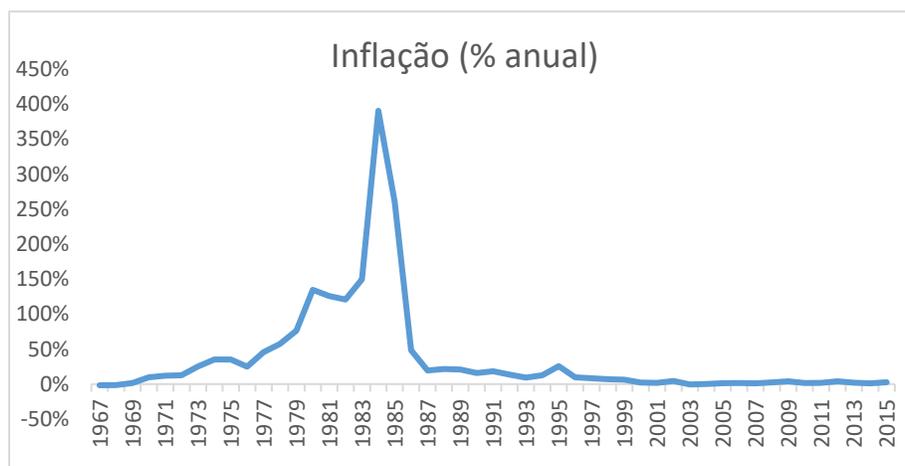
Outro fator importante a ser ressaltado de acordo com RIVLIN (2010) é que a inflação alta israelense já acompanhava o país há algum tempo, como comentado em trechos anteriores, porém, vinha ao mesmo tempo junto com crescimento econômico e prosperidade,

e, com isso, outras agendas foram sempre mais importantes do que o controle de preços (como por exemplo defesa e questões sociais). Apenas quando a inflação atinge seu ápice em junho de 1985 que o governo entende que a prioridade no momento deve ser o controle de preços. Somente após a quebra na balança de pagamentos e a pressão dos EUA (que enviaram inclusive uma comitiva americana-israelense para supervisionar a situação) que Shimon Peres entende a gravidade do problema e toma as medidas necessárias para o combate efetivo da inflação.

Os Estados Unidos começaram a acompanhar a economia israelense com bastante atenção desde 1984. Stanley Fischer (PhD MIT) assumiu o cargo de orientador de política econômica israelense, de dentro do governo americano (departamento de política externa). O mesmo, foi responsável pela formação do Comitê Econômico israelense e americano que supervisionou e orientou o plano de estabilização de 1985.

Nesse sentido, o Plano de Estabilização Econômica de 1985 foi uma das maiores reviravoltas econômicas e sociais na breve história do Estado de Israel, e serviu de inspiração para diversos outros países combaterem esse fenômeno monetário tão danoso à uma sociedade.

Gráfico 4 – Inflação (% anual)



Fonte: Dados Banco Mundial.

4.9 ECONOMIA ISRAELENSE NOS ANOS 1990 E 2000

Após o programa de estabilização econômica de 1985, a política econômica israelense orientou-se no sentido de manter a estabilidade ao invés de buscar a volta do crescimento. (RIVLIN, 2010). Nesse sentido, o final de década de 1980 foi caracterizado por um crescimento moderado. Porém, o início da década de 1990 traz novamente uma reviravolta econômica. Com o fim da União Soviética, ocorre mais uma massiva onda de imigração para Israel, nesse caso, de imigrantes Russos (GILBERT, 1998). Ao mesmo tempo, tal onda imigratória veio acompanhada de uma alta importação de capital (RIVLIN, 2010). Esses dois fatores possibilitaram um crescimento considerável do PIB israelense na primeira metade da década de 1990. A partir de 1996, no entanto, com a redução da imigração e uma política monetária contracionista, Israel cresceu a taxas bem mais baixas. Na média, foi, segundo Rivlin (201) uma década de alto crescimento. Por trás deste crescimento médio considerável na década de 1990 estava a mudança estrutural de tecnologia avançada, que será abordada na primeira parte do próximo capítulo.

Ao final de 1989, a entrada de muitos imigrantes da União Soviética era iminente, e o país precisava crescer aceleradamente, pois déficits públicos alavancados não eram mais uma opção desde 1985. O governo percebe então, que o aumento na oferta de mão de obra, deveria ser proporcional ao crescimento de capital, conforme já feito com sucesso nos anos 1940 e 1950. Nesse sentido, o governo de Itzhak Shamir (do partido centro-direitista Likud) fez um requerimento de empréstimo no valor de 10 bilhões de dólares aos Estados Unidos. O presidente George H. Bush recusou com a justificativa de que tal verba seria utilizada para expansão dos assentamentos judaicos na Cisjordânia. Desse modo, o empréstimo só veio a ocorrer com a eleição de Itzhak Rabin (do partido centro-esquerdista Avodá) em 1992 que garantiu que o dinheiro não seria utilizado para políticas de expansão. Tais empréstimos possibilitaram com que Israel recebesse os imigrantes ex-União Soviética e acelerasse o crescimento econômico. (RIVLIN, 2010).

Apesar de que a combinação imigração com fluxo de capital funcionou novamente como aceleradora de crescimento, outros fatores políticos contribuíram para o otimismo econômico. O processo de paz encabeçado por Itzhak Rabin e Shimon Peres que culminou com os Acordos de Oslo em 1993 e com o tratado de paz com a Jordânia em 1994 criou uma

intensa onda de otimismo em Israel e fora do país. Havia esperança que o conflito no Oriente Médio (o mais longo do mundo) estaria para acabar e com isso haveria ganhos econômicos, o que encorajou investimentos domésticos e internacionais no país. Além disso, diversos países (incluindo alguns grandes como Índia e China) abriram relações comerciais com Israel. (RIVLIN, 2010).

O crescimento econômico continuou acelerado até 1996 em que a volta do Likud ao poder mudou o sentido da política econômica. A partir de 1997 o governo começou a reduzir gastos públicos e o Banco de Israel a aumentar os juros. Ambas políticas com o intuito de reduzir ainda mais o déficit público, porém com o custo da redução do crescimento.

O ano de 2000 começou com um boom de crescimento, chegando a 8,9%, o maior dos últimos 20 anos. Porém, com o estouro da bolha de alta tecnologia e a consequente quebra de NASDAQ (bolsa americana) os próximos ciclos são de baixo crescimento do PIB. Já a segunda metade da década foi marcada por grande crescimento, com média de 4,2% ao ano (RIVLIN, 2010).

A mudança estrutural trazida junto com a globalização na economia israelense entre 1995 e 2008 é nítida ao fazer uma análise simples dos componentes do PIB. Nesse período, o consumo privado aumentou, refletindo a liberalização da economia como um todo. Os investimentos aumentaram em uma proporção muito menos que as exportações e importações. Ou seja, houve redução da participação dos investimentos na composição do crescimento devido principalmente ao fim da imigração em massa no final da década de 1990. Isso demonstra um afastamento de uma economia historicamente controlada pelo Estado para uma economia de mercado, em que as exportações são fruto do desenvolvimento tecnológico criado pelo incentivo ao empreendedorismo, e os investimentos são menores, mas mais eficientes e efetivos. (RIVLIN, 2010).

Nos estudos de desenvolvimento econômicos, há uma variável chamada de Produtividade Total dos Fatores (FTP). É a parte do crescimento que não pode ser explicada pela qualidade do capital humano ou de capital produtivo. Ou seja, mesmo que dois países tenham a mesma quantidade de anos de estudos média da população, um ano de estudo a mais em um país pode, e provavelmente é, diferente de um ano a mais no outro. Nesse sentido, de acordo com Rivlin (2010), por mais que seja intuitivo que com o desenvolvimento tecnológico israelense nas décadas de 1990 e 2000, a FTP não aumentou durante esse

período. Os motivos para essa estagnação são problemas políticos e de segurança, o efeito adverso de políticas governamentais, além de um retrocesso na economia mundial. Fora isso, outra causa foi o aumento do estoque de mão de obra, pela grande imigração advinda na ex-União Soviética, isto é, a entrada de imigrantes reduz a produtividade de maneira geral, pois, inicialmente, tais novos trabalhadores não possuíam habilidades relevantes e não eram fluentes em hebraico, apesar de terem um nível educacional relativamente alto. Essa situação foi revertida a partir da segunda metade da década de 2000, em que os imigrantes ex-União Soviética já eram, na média, fluentes em hebraico e acostumados ao ambiente econômico israelense. Ou seja, no médio prazo, a entrada de imigrantes com alto nível educacional ajudou a aumentar a produtividade, apesar das dificuldades iniciais.

Nesse sentido, pode-se afirmar que houve alto crescimento de longo prazo da FTP, que refletiu em grande aumento de eficiência produtiva, amplo desenvolvimento tecnológico, permitiu com que Israel explorasse vantagens comparativas e assim aumentasse em larga escala as exportações. Além disso, o aumento da FTP de longo prazo permitiu melhora do capital humano (devido à maiores retornos associados a educação) e melhoras na infraestrutura do país como um todo. Ou seja, apesar de flutuações (geralmente pró-cíclicas) da produtividade total dos fatores, nota-se uma grande tendência de crescimento de longo prazo, que possibilita todos os benefícios citados (RIVLIN, 2010).

Em termos de política econômica, desde o Plano de Estabilização de 1985 há duas tendências na economia israelense, analise Rivlin (2010): estabilidade e liberalização. Ambas acabaram ocorrendo por meio do mesmo mecanismo: redução dos gastos do governo em % do PIB. Ou seja, os gastos do governo cresceram menos do que proporcionalmente em relação ao PIB desde lá. Isso foi puxado por uma redução de gastos com dois principais fatores: defesa e pagamento de juros. Na década de 1990 houve um grande aumento de gastos com bem-estar, em partes devido as necessidades dos novos imigrantes, mas também por pressões políticas. Isso foi possível somente devido a redução nos gastos com defesa. Porém, em 2003 com a recessão pelo crash de NASDAQ pela bolha de tecnologia e pelo advento da segunda Intifada, os gastos com defesa aumentaram em relação aos de bem-estar.

Em resumo, a economia israelense nas décadas de 1990 e 2000 observou um crescimento forte, com algumas pequenas crises no caminho devido a problemas internacionais e de segurança regional. Porém, pela primeira vez em sua recente história,

conclui Rivlin (2010), o crescimento econômico veio acompanhado de um superávit na balança de pagamentos e uma redução do déficit público. Agora Israel passava do status de devedor internacional para possível credor, acumulando ativos internacionais. A política econômica contribuiu para esse cenário na medida em que foi focada na redução do papel do Estado na economia através da política fiscal contracionista. O crescimento com estabilidade só foi possível, também, por conta de aumentos substanciais na força de trabalho e no capital, provindo de imigrantes ex-União Soviética e de investimentos estrangeiros. O aumento da produtividade foi aquém do esperado, mesmo com a melhora na década de 2000 em relação a queda de 1990. A economia israelense estava então extremamente estável e blindada para a grande crise mundial de 2008.

5 ANÁLISE AMBIENTAL E ECOLÓGICA ISRAELENSE

Neste capítulo, a intenção é explorar o desenvolvimento ambiental israelense, tendo sempre em vista a ligação com a parte de história econômica e, logo, com a primeira parte deste trabalho. Os principais itens analisados serão a questão demográfica e de bem-estar, o combate à desertificação, florestamento, a crise hídrica e as mudanças climáticas.

Da mesma maneira em que há um paradoxo entre a existência na cultura e tradição judaica a intenção de voltar a Terra Prometida, porém apenas com o surgimento do nacionalismo se tomou alguma atitude nesse sentido, há outro paradoxo quando trata-se de política ambiental e Israel. Ao mesmo tempo em que o sionismo trouxe uma vontade política e ideológica de fornecer aos judeus uma qualidade de vida que lhes foi negada muitas vezes na diáspora, tal bem-estar estaria associado (pelo menos inicialmente) com uma degradação ambiental que seria incondizente com o amor e a identificação pela terra de Israel. Amos Oz (1981. p. 14.), um dos mais renomados autores israelenses, resumiu bem essa aparente contradição:

E agora é minha vez de fazer uma terrível confissão. Eu sou contra a preservação ambiental. A própria ideia de “preservação” não é aceitável em praticamente nenhuma área da vida. Nós não viemos para este mundo para proteger ou preservar nada que nos foi dado, mitzvah, natureza, ou herança cultural... nós não herdamos um museu, para pacientemente retirar a poeira do seu display ou polir seu vidro... a natureza também não é um museu. Uma pessoa pode tocar, mover, trazer para perto, mudar e até deixar sua marca... Toque na pedra, toque no animal, toque no seu parceiro. Mas com uma condição. Como tocar? ‘Em uma perna só’, eu diria: ‘com amor.’⁹

5.1 CRESCIMENTO POPULACIONAL E IMPACTOS AMBIENTAIS

Intuitivamente, Israel deveria ser um bom caso de estudo sobre a relação entre crescimento populacional e meio ambiente. Isso porque, como analisado no capítulo anterior, o crescimento populacional israelense é alto, compatível tipicamente a um país em desenvolvimento, porém, o padrão de vida da população é elevado nos níveis de um país

⁹ Amos Oz (1981, tradução nossa) “On Loving the Land,” The Zionist Dimension of Nature Preservation (Jerusalem: Ministry of Education).

desenvolvido. Nesse sentido, apesar de ser bastante intuitivo que o crescimento populacional geraria, direta ou indiretamente, pressões nos recursos naturais (que já eram escassos na região), há quatro razões principais pelas quais este não é colocado como um dos maiores desafios ambientais israelenses, tanto por políticos, como por acadêmicos e ambientalistas (ORENSTEIN, 2012):

- a) procriação é vista como sendo de extrema importância para os judeus na região, por motivos políticos e religiosos;
- b) a visão mais consagrada do Sionismo enxerga o Estado de Israel como sendo judaico e democrático e por isso precisa-se manter uma maioria da população judaica;
- c) não há um consenso entre acadêmicos sobre o papel exato do crescimento populacional na qualidade ambiental em Israel, por isso, questiona-se se existe mesmo um trade-off entre interferência demográfica e preservação ambiental;
- d) israelenses são especialmente otimistas em relação ao papel desempenhado pela tecnologia no aumento da produtividade como solução para os problemas ambientais. Nesse sentido, acreditam que a solução não seria a intervenção demográfica, e sim o desenvolvimento tecnológico, principalmente após a mudança estrutural das décadas de 1990-2000.

Assim, cabe analisar a origem de tais conclusões, que novamente remetem ao Sionismo. A visão dos sionistas era clara no sentido de que precisava-se trazer o maior número de judeus possível para pressionar a criação de um Estado Judaico autônomo na região. A ideia, contudo, era explorar o potencial econômico ainda não explorado, plantar em áreas de pântanos que precisariam ser drenados e em regiões desérticas que muitos consideravam inférteis. (ORENSTEIN, 2012).

Dessa maneira, durante o mandato britânico na Palestina o debate de capacidade populacional da região esteve sempre presente, ainda que de maneira indireta. Os sionistas, como ressaltado, tinham em mente a necessidade de trazer o maior número possível de judeus para a região, com a expressa e ativa objeção dos líderes árabes que acreditavam que isso resultaria em uma desapropriação de terras, tendo sido os britânicos os definidores da questão, implementando os Livros Brancos que restringiriam a imigração judaica durante o

mandato. O grande argumento dos britânicos definido através das comissões investigativas Hope Simpson (1930) e Peel (1937) era em relação aos limites econômicos para a absorção de imigrantes. Porém, o discurso apesar de econômico, era relativo a escassez de recursos naturais: desde áreas cultiváveis até água para a produção agrícola. Havia uma discordância entre britânicos e judeus quanto a capacidade de absorver imigrantes devido à escassez de recursos: enquanto os europeus subestimavam a capacidade produtiva da região, os sionistas superestimavam. Essa é a origem da crença de que a questão demográfica não seria uma das questões mais pungentes quanto ao meio ambiente, pois poderia ser resolvida através do aumento da produtividade pela tecnologia. (ORENSTEIN, 2012).

A situação muda drasticamente quando o mundo toma conhecimento dos horrores do Holocausto nazista. Nesse momento, segundo Orenstein (2012), a discussão política ganha um argumento moral fortíssimo, e as razões que justificavam a imigração judaica para a região da Palestina se tornam inquestionáveis. No contexto em questão, não importariam mais os limites biofísicos da capacidade de absorção de pessoas, a entrada de imigrantes judeus era questão de sobrevivência. É importante ressaltar que, a essa altura, o sionismo já estava consolidado como prática e que a criação de um Estado judaico soberano já era iminente, ou seja, o Holocausto funcionou apenas como um catalizador para a criação do Estado de Israel e não como motivação principal.

A independência do Estado de Israel em 1948 traz consigo a possibilidade de definir sua própria agenda imigratória e demográfica. A Lei do Retorno, que permite que todos os judeus de até três gerações passadas se tornem cidadãos do novo Estado, é o exemplo claro dessa tomada de rédeas pelo novo governo. Ademais, ao abrir as portas e criar incentivos para a imigração judaica, o governo assume de vez a narrativa de que os supostos impedimentos de crescimento populacional devido à escassez de recursos econômicos (naturais) poderia ser sobreposta pelo desenvolvimento de tecnologia de produção. (ORENSTEIN, 2012).

A teoria demográfica malthusiana afirmava que a população crescerá em uma proporção muito maior que a capacidade de produção alimentícia, e que isto causaria um estado de calamidade social. O cientista social e ativista político israelense Itzhak Kanev (ORENSTEIN, 2012 apud KANEV, 1957), criticou essa teoria em uma análise sobre o caso de Israel. Segundo Kanev, os seres humanos ainda não teriam desenvolvido, na época de

Malthus, programas sociais que organizariam a sociedade para lidar com escassez. Malthus teria também subestimado o papel do desenvolvimento tecnológico para enfrentar os desafios do crescimento populacional. O sionista acreditava que já em meados do século XX o desenvolvimento tecnológico seria suficiente para abastecer toda a população mundial, porém, havia ainda falhas distributivas devido à falta de programas de seguridade social.

Nesse sentido, Kanev foi um dos criadores do Estado de bem-estar social israelense na fase inicial de existência, tanto na teoria quanto na prática. A intenção era implementar um sistema de tecnologia de ponta na produção (principalmente agrícola) e uma política social de excelência, para assim poder receber o maior número de imigrantes possível juntamente com um estímulo a natalidade. E assim foi feito: incentivos foram criados para atrair o maior número possível de judeus e continuar o trabalho de tornar férteis terras consideradas inabitáveis por meio da tecnologia, além de estímulos à natalidade. Tudo isso acompanhado de uma política social de excelência como seguro de saúde para mães e recém-nascidos e políticas preferenciais de habitação para famílias grandes (ORENSTEIN, 2012).

Percebe-se então que desde a disputa com os ingleses e árabes, até a decisão de política social, a questão populacional, demográfica e, conseqüentemente, ambiental em Israel é política. Nesse sentido, cabe fazer uma análise mais aprofundada acerca de dois fatores que acabam por se relacionar: o debate sobre o vínculo real entre crescimento populacional e desgaste ambiental e a discussão política a respeito da maioria judaica e secular no Estado.

Com relação ao primeiro debate, Orenstein (2012) afirma que há três principais linhas teóricas em Israel e no mundo: (a) Os Neomalthusianos que acreditam que o simples crescimento populacional gera degradação ambiental de maneira direta; (b) Os que acreditam que há uma relação negativa entre crescimento populacional e meio-ambiente, porém que esta relação se dá através do consumo exacerbado de recursos naturais e que, portanto, pressões sobre o meio-ambiente poderiam ser aliviadas através da redução do consumo; (c) Aqueles que creem que é possível controlar a degradação ambiental através de políticas sociais, planejamento e inovação tecnológica, não precisando, então, atribuir ao crescimento populacional a causa do desgaste ambiental nem limitar o consumo.

Já no que diz respeito a discussão de demográfica e étnica, o ideal dos sionistas sempre foi um Estado com maioria judaica e secular, porém esse desafio vem constantemente sido colocado a prova, principalmente por duas “ameaças demográficas” (ORENSTEIN, 2012

apud BLUM, 2004; SHELEG, 2001; SOFFER, 2007). A primeira ameaça é o crescimento da população árabe-israelense em proporções maiores do que os judeus seculares, o que colocaria em cheque o caráter judaico do Estado, e a segunda é o maior crescimento da população judaica ultra ortodoxa em relação aos laicos, o que poderia colocar Israel em direção a um Estado teocrático.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é muito complicado analisar de forma puramente objetiva a questão do impacto do crescimento populacional na degradação ambiental, separando-o da questão política-demográfica. Qualquer constatação a respeito desse tema corre um sério risco de estar enviesado por uma orientação política específica. (ORENSTEIN, 2004). Assim, apesar de a maioria dos documentos acadêmicos e políticos concordarem com a visão neo-Malthusiana de que o crescimento populacional tem impacto direto e negativo sobre o meio ambiente em Israel, o objetivo deste trabalho não é fazer quaisquer suposições a esse respeito, e sim relatar a experiência israelense e o debate que a cerca. O que se observa em Israel ainda são políticas de incentivos ao aumento populacional, tanto pela imigração quanto pela natalidade, devido ao fato de que o pensamento que tal crescimento traria maior bem-estar em Israel ainda está muito enraizado na população israelense (ORENSTEIN, 2012). O ativista político-ambiental e professor da Universidade de Tel Aviv Alon Tal (2002) é um dos poucos que discorda dessa visão dominante de política pública e constata de maneira direta: “O Estado de Israel não precisa de uma população maior”.¹⁰

A política sionista implementada por Ben Gurion, Kanev e outros líderes promoveu um desenvolvimento econômico amplo (extensamente abordado no capítulo anterior) permitindo que a população israelense (que cresce em proporções de países em desenvolvimento, mas consome em níveis de países desenvolvidos) usufruísse de um alto padrão de vida, e com isso, exigisse uma degradação ambiental significativa e metrificável. Ademais, por possuir uma balança comercial negativa somada a um nível de consumo das famílias altíssimo, nota-se que Israel “exporta” parte da sua Pegada Ecológica para outros países. Ou seja, o alto nível de consumo da população obriga que as importações sejam mais altas que as exportações, isto é, uma parte do que é consumido em Israel é produzido em

¹⁰ TAL, Alon (2002, tradução nossa): “Pollution in a Promised Land” Barkeley: University of California Press.

outro lugar, o que significa que este outro lugar arca com os custos ambientais diretos. Ademais, a crescente demanda por energia elétrica devido ao aumento populacional somada a escassez de recursos hídricos, o declínio da biodiversidade devido a agricultura e dreno de pântanos e a poluição existente sugerem que há ainda muitos desafios ambientais a serem enfrentados em um país cada vez mais populoso.

5.2 O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO, CRISE HÍDRICA E AGRICULTURA

Para se entender as raízes do que hoje é considerada uma das maiores conquistas ambientais do desenvolvimento israelense, é novamente necessário recorrer inicialmente a uma análise histórica.

No período do domínio do Império Otomano na região, era clara, visível e quase institucionalizada a devastação ambiental. Isso incluía forte desmatamento (principalmente perto da Primeira Guerra Mundial, em que precisou-se construir ferrovias) e pecuária exagerada. Ademais, o descaso ambiental era tão grande e institucional que havia ainda uma lei que taxava a propriedade de árvores (TAL, 2012).

Nesse sentido, de acordo com Tal (2012), o Mandato Britânico na Palestina começa já com um legado de solo extremamente degradado e infértil. Essa é, porém, uma situação reversível, uma vez que solos são recursos até certo limite renováveis, e a degradação da terra poderia então ser combatida. Como já relatado neste trabalho, os sionistas e os britânicos tiveram uma série de desavenças, principalmente no que diz respeito a imigração e demografia. Porém, em termos de reconstituição dos solos e combate a erosão, os interesses estavam alinhados.

Assim, após assumir o controle da região em 1919, os britânicos reformularam a legislação ambiental no que diz respeito a erosão e conservação de florestas. Boa parte das leis implementadas neste momento continuaram em vigor após a independência de Israel e até os dias de hoje (algumas com pequenas emendas ou alterações) mostrando não só o alinhamento de interesses como também o quão sólida era a legislação, uma vez que este sempre foi um tema de interesse ideológico e estratégico dos sionistas. O governo britânico criou então, diversas áreas de proteção ambiental, em que seria restrita a atividade humana e

punidas infrações, principalmente nos sentidos de desmatamento e contribuição para incêndios florestais. Violadores de tais regras seriam punidos com até um ano de encarceramento, além de multas financeiras (TAL, 2012).

Outro importante legado do mandato britânico é o combate a pecuária excessiva. Nesse caso, os britânicos estavam convencidos de que este era o grande responsável pela degradação dos solos (WACHS; TAL, 2009) e implementaram medidas que restringiam e controlavam a pecuária na região.

Dessa maneira, apesar de não ser uma questão central quando se estuda o período do Mandato Britânico na Palestina, a implementação de políticas de conservação dos solos foi importante para estabelecer a infraestrutura normativa que seria continuada de forma muito mais orgânica pelo novo governo israelense após a independência, drasticamente diferente do caso da política imigratória e demográfica.

Havia também um alinhamento grande também entre as agendas políticas e ambientais dentro do próprio movimento sionista. Os esforços para melhorar a produtividade agrícola e, com isso, melhorar a qualidade dos solos e combater a desertificação, andava de mãos dadas com a agenda geopolítica de aumentar a presença judaica na região do Neguev. Nesse sentido, a paixão ideológica somada a um otimismo quanto a utilização da tecnologia na melhora da produtividade levou os sionistas a expandirem sua presença na região pelo estabelecimento de colônias agrícolas, e isso, em última instância, levou ao molde territorial do Estado de Israel moderno (TAL, 2012).

Um dos principais obstáculos a esse desenvolvimento era a quantidade de água disponível para utilização. Durante muito tempo, a procura por água nos solos foi grande, porém, naquele momento (1919) não havia ainda tecnologias de perfuração profunda a procura de água na Palestina. Em um segundo momento, após a Partilha da Palestina em 1947, boa parte do deserto do Neguev estaria então oficialmente sob controle israelense, e agora sim, havia tecnologia suficiente para a busca de água por meio da perfuração profunda dos solos. Além disso, uma vez independente e soberano, o governo israelense a partir de 1948 a capacidade institucional e a vontade política de criar um programa de aquedutos robusto para ajudar no desenvolvimento da região (TAL, 2012 apud SHOHAM; SARIG, 1955).

Assim, o novo governo instituiu um plano ambicioso de infraestrutura hídrica, possibilitando a criação de novos assentamentos agrícolas na região semiárida do país. Mesmo em regiões hiperáridas surgiram alguns assentamentos (ainda que em menor quantidade), possíveis somente devido a nova oferta de água. A agricultura como um todo cresceu 700% (crescimento ainda maior do que o populacional) e o grande motor desse fator multiplicador foi a agricultura na região do Neguev. Tal estrutura hídrica tinha como centro dois aquedutos que em 1964 já funcionavam provendo uma oferta de água de origem do Lago Kinneret no norte do país até cidades desérticas do sul. Assim, a retórica ideológica sionista “faça o deserto florescer” deixou de ser apenas um “slogan” sionista para virar uma realidade concreta, metrificável e visível. (TAL, 2012).

Porém, tais importantes e históricas conquistas deixaram algumas externalidades negativas. A utilização dos recursos hídricos na revitalização dos solos e no desenvolvimento agrícola no deserto, fez com que o estoque de água ficasse seriamente debilitado. Com isso, surgem diversos riscos socioambientais, como por exemplo: o aqueduto que transportava água do rio Yarkon para o Neguev deixou apenas esgoto pouco tratado a céu aberto, o que pode gerar problemas de saúde, e o fluxo de água da Jordânia para o Mar Morto praticamente cessou, contribuindo para a aceleração do desaparecimento do lugar mais baixo e mais salgado da terra. Como resposta, Israel começou a reciclar sua água residuais e a agricultura passou a ter uma fonte hídrica a mais, reduzindo a pressão pelas águas do Lago Kinneret e do Rio Yarkon. Hoje, Israel conta com uma reutilização de 75% da água residuais. Mas isso também traz consequências ambientais, como a disseminação de químicos industriais. Para fazer a reutilização de água tratada uma prática sustentável, ainda faltam grandes avanços na tecnologia de tratamento de resíduos (TAL, 2012).

Outra instituição que foi e ainda é extremamente relevante quando se fala de reflorestamento e recuperação de solos em Israel é o KKL (Keren Kayemet LeIsrael – Fundo Nacional Judaico). O KKL esteve presente desde os primórdios do sionismo na compra de terras e no desenvolvimento agrícola da região. Segundo Tal (2012), após a criação do Estado, o KKL expande sua operação de reflorestamento e assume de fato a responsabilidade da plantação de árvores em 1949. Em 1961, se torna formalmente a agência florestal israelense, sendo proprietária de, naquele ponto, 13% da terra de Israel. Dessa forma, se utiliza da cobrança de aluguel como principal fonte de financiamento, além de ter uma rede

de arrecadação de ativos de escala global. Consequentemente, desde a independência de Israel, o programa de florestamento possui um tamanho relativamente grande, além de uma estabilidade financeira devido ao seu financiamento independente.

O tema de florestamento tem um papel central na história do Yishuv e do Estado de Israel, principalmente por dois motivos: novamente vê-se um alinhamento entre a ideologia geopolíticas sionista e a questão ambiental. Para atingir seus interesses da criação de um Estado Nacional para o povo judeu na região, era necessário delimitar o território, e, juntamente com a agricultura, o florestamento ajudou a fazer esse papel. Além disso, o próprio sentimento de identificação para com a “Terra Prometida” implicava em uma intenção e desejo de cuidar do ambiente. Isso certamente afetou a perspectiva da liderança do KKL e a motivação por trás do programa florestal israelense. Ademais, o florestamento gerou empregos para os imigrantes das mais diversas levas de imigração ao longo da história do país, o que novamente estava de acordo com a ideologia sionista de trabalhar a terra.

De fato, Israel conseguiu criar uma região de florestal conífera nas regiões semiáridas (de precipitação média de até 250 milímetros de chuva por ano), tendo plantado mais de 260 milhões de árvores nessas regiões.

Assim, pode-se entender a estratégia de combate à desertificação israelense como tendo quatro principais pilares, todas institucionalizadas, passíveis de regulação e punição: (TAL, 2012):

- a) tática de gestão estratégica de recursos hídricos, que permitiu o cultivo em regiões áridas e semiáridas;
- b) desenvolvimento agrícola em regiões desérticas e promoção de práticas de conservação dos solos;
- c) um programa agressivo de florestamento, começando ao norte e chegando tão ao sul quanto possível (250 milímetros de chuva por ano);
- d) controle e punição de pecuária excessiva.

Nesse sentido, em uma primeira análise, apesar de não existir uma métrica consensual na comunidade científica sobre combate à desertificação, décadas de produtividade agrícola e crescimento de biomassa e estoque de carbono nas terras desérticas israelenses sugerem que os esforços nacionais na guerra contra a seca são uma história de sucesso. Assim, talvez

mais importante do que a história do meio ambiente como um todo em Israel, a experiência nacional de combate à desertificação e a superação de uma longa e desencorajante história de degradação dos solos oferece motivos para esperança de que a tendência não se torne o destino. (TAL, 2012).

5.3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS ANTROPOGÊNICAS EM ISRAEL

Mudanças climáticas são certamente a questão mais perigosa à humanidade quando se fala em degradação ambiental. Não à toa são o centro das discussões e suas causas são o maior fator de restrições em convenções ambientais sobre o meio ambiente, como do Rio de Janeiro (1992) e de Paris (2016). Segundo dados da NASA, 97% das pesquisas científicas sobre o clima afirmam que o aquecimento global tem, com probabilidade muito alta, causas relativas a atividade humana. Nesse sentido, o ex-presidente norte-americano Barack Obama (2013) declarou que dizer que a atividade humana não causa aquecimento global é semelhante a afirmar, nos dias de hoje, que a terra é plana.

Quando se fala de políticas climáticas, há que se abordar a situação de um país em dois aspectos: mitigação, que é a forma como essa região está combatendo o problema, e adaptação, que é o modo como o país está se preparando para lidar com as consequências do aquecimento global. Neste trabalho iremos abordar de maneira mais profunda a maneira com que Israel está lidando com a questão da mitigação, com alguns poucas ressalvas sobre adaptação. Assim, sendo os gases de efeito estufa os principais responsáveis pelas mudanças climáticas, cabe fazer uma análise sobre a política israelense acerca da redução de emissões, além de uma crítica à trajetória de sua pegada ecológica.

Apesar de uma consciência ambiental expressa através de, principalmente, políticas de florestamento e combate à desertificação, os líderes israelenses demoraram para se mobilizar acerca das questões relativas ao aquecimento global. Isso ficou evidente pela ausência do Primeiro Ministro Yitzhak Shamir na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92. Tal ausência ocorreu devido primeiro a um descaso israelense na época quanto ao assunto, mas também devido ao influxo

de algo em torno de 1 milhão de ex-URSS no país nesse período, que tomou boa parte da atenção das autoridades.

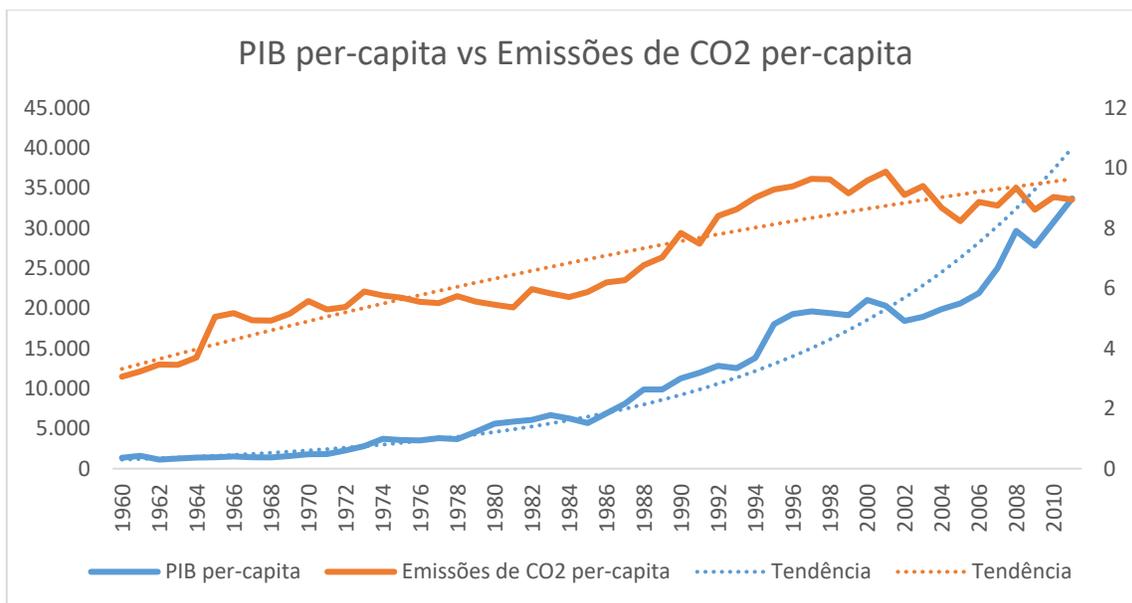
Por isso, Israel manteve uma posição secundária na conferência, sendo reconhecida como “Não anexo 1” ou “país em desenvolvimento”. Isso significaria que o único comprometimento israelense seria de manter um inventário nacional de emissão de gases de efeito estufa e de formular e implementar um programa nacional de mitigação. (MICHAELS; ALPERT, 2012).

Em novembro de 2000, Israel enviou, conforme combinado, seu primeiro comunicado nacional sobre mudanças climáticas ao painel da ONU (UNFCCC). Como analisado no capítulo sobre história econômica israelense, o comunicado informa que o grande crescimento populacional (tanto pela imigração, quanto pela alta natalidade) israelense dos anos 1990 somado a um crescimento do PIB per capita mais alto do que a média dos países desenvolvidos, gerou um aumento exponencial de emissão de gases de efeito estufa no país, em termos absolutos, entre os anos 1990-2000. (MICHAELS; ALPERT, 2012).

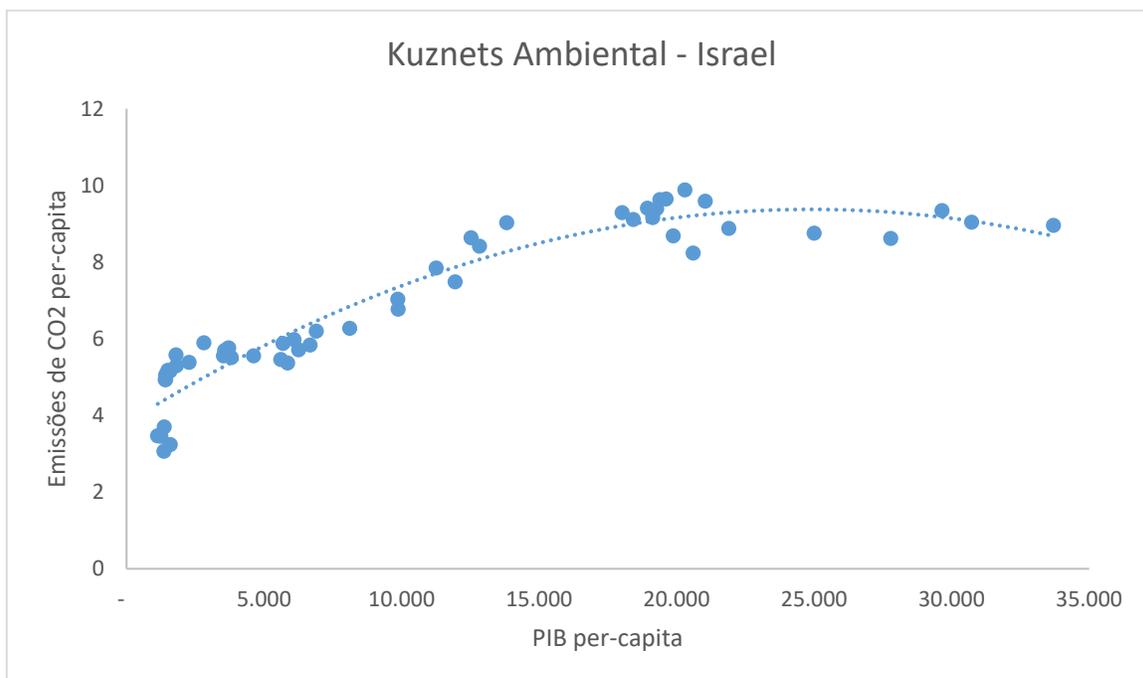
Desde então, diversas decisões importantes foram tomadas a respeito de mudanças climáticas. Dentre elas, o compromisso de 2001 de reduzir voluntariamente as emissões de gases de efeito estufa (Decisão governamental 2913), de 2002 de expandir significativamente o uso de energias renováveis até 2% do total de produção elétrica até 2007 (Decisão governamental 2664), em 2003 um comprometimento em criar uma estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável (Decisão governamental 246) e, por fim, a ratificação do Protocolo de Kyoto em 2004. (AXELROD, 2010).

Nesse sentido, como pode-se observar nos gráficos abaixo, nota-se que apesar de a quantidade absoluta de emissões estar aumentando, a tendência é de que a quantidade per-capita de emissões de CO₂ (principal gás de efeito estufa) se estabilize, fazendo com que Israel chegue ao estágio de “decoupling” da Curva de Kuznets Ambiental, em que o crescimento econômico não estaria mais associado a uma maior emissão per-capita.

Assim, percebe-se que em termos de mitigação, Israel parece oferecer uma perspectiva otimista, no sentido de que está estabilizando a quantidade de emissões de CO₂ per-capita, mas mantendo o crescimento econômico, indicando um possível futuro descolamento entre essas duas variáveis.

Gráfico 5 – PIB per-capita vs Emissões de CO2 per-capita

Fonte: Dados Banco Mundial.

Gráfico 6 – Kuznets Ambiental – Israel

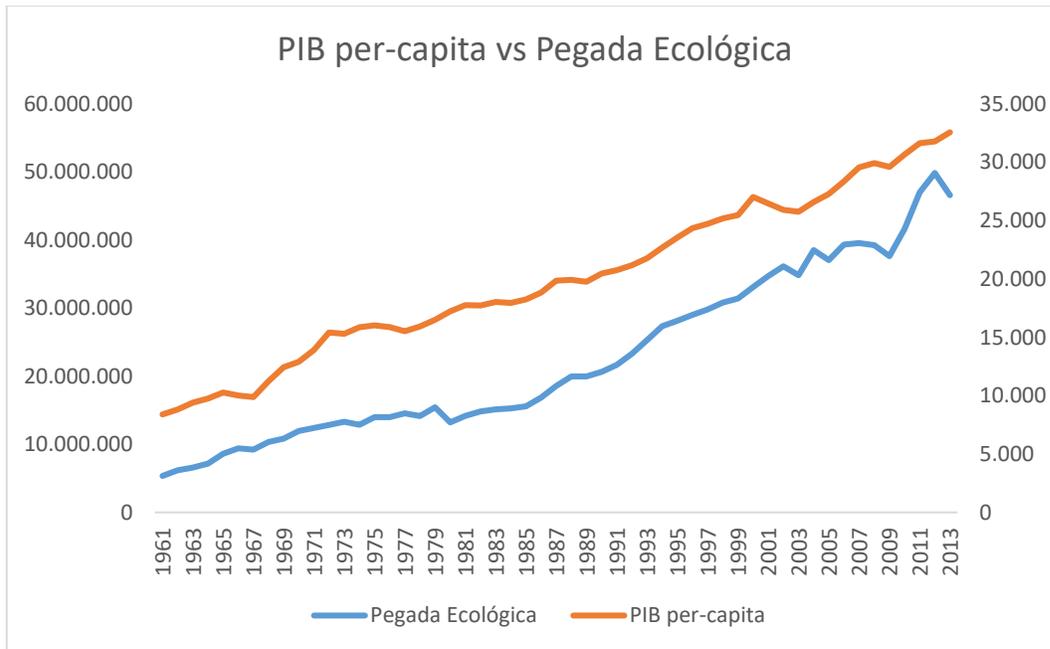
Fonte: Dados Banco Mundial.

Nesse sentido, pode dizer que Israel está relativamente bem-sucedido no que diz respeito a mitigação do problema. Porém, o mesmo não é verdade quando se fala de adaptação. Sabe-se que o aquecimento global trará impactos em diversos aspectos: desde a elevação do nível do mar, até o maior consumo de energia pelos domicílios (ar condicionados), passando por aumento da periodicidade e intensidade de chuvas. Assim, em Israel, uma das consequências mais claras e consensuais é a aceleração da redução do nível de águas do Lago Kinneret. A resposta israelense foi o desenvolvimento de tecnologia de ponta para atingir a dessalinização das águas oceânicas como nova fonte hídrica. A ironia, segundo Michaels e Alpert (2012) é que ao implementar tal política de adaptação, Israel acaba por ir contra a mitigação, uma vez que a dessalinização das águas marítimas é intensiva em energia, e esta, por sua vez, ainda gera emissão de gases de efeito estufa em sua produção.

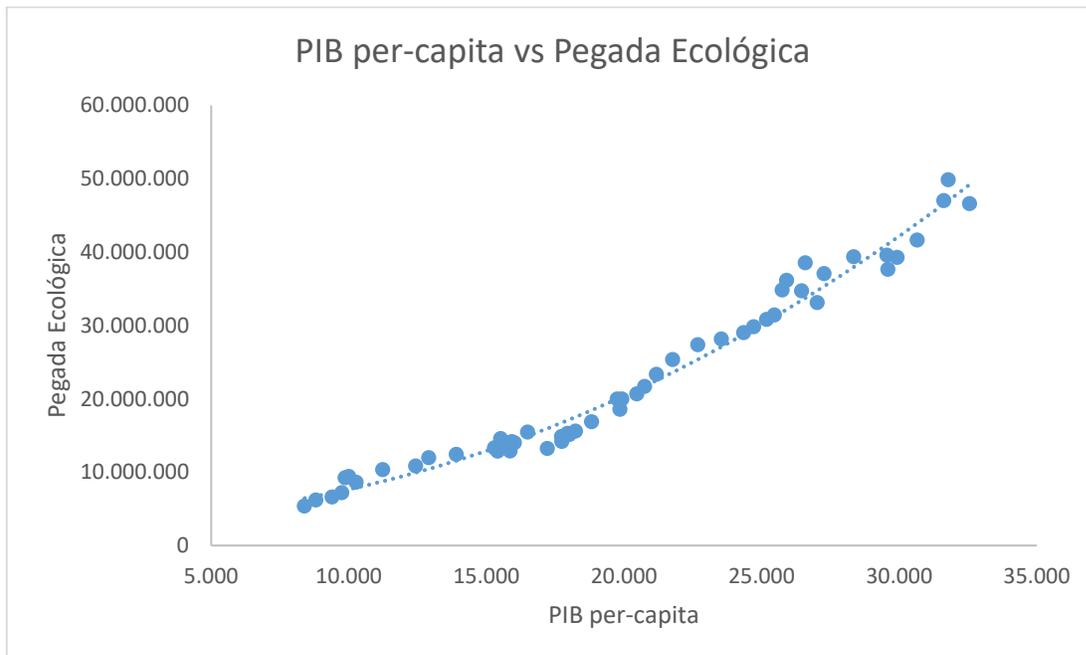
Assim, apesar de as emissões de CO₂ per-capita estarem se estabilizando enquanto o PIB per-capita, isso não reflete de maneira perfeita os danos ambientais causados pela sociedade israelense, principalmente pois Israel possui um histórico e grande déficit comercial, o que mostra que boa parte do consumo israelense é produzido fora do país, e, portanto, não entra no cálculo das emissões.

Nesse sentido, a Pegada Ecológica é um indicador melhor para analisar a degradação ambiental na perspectiva do modelo de Sustentabilidade Forte, pois a mesma leva em consideração a questão do consumo e não da produção. (NEUMAYER, 2007).

Por isso, convém fazer uma análise deste indicador, comparando seu histórico com o crescimento do PIB per-capita:

Gráfico 7 – PIB per-capita vs Pegada Ecológica

Fonte: Global Footprint Network

Gráfico 8 – PIB per-capita vs Pegada Ecológica

Fonte: Global Footprint Network.

Assim, como pode-se perceber nos gráficos acima, apesar de um grande avanço na década de 2000 principalmente em termos de emissões de CO₂ per-capita, Israel ainda tem um longo e difícil trabalho pela frente no combate ao aquecimento global e na adaptação às mudanças climáticas. Sua pegada ecológica crescente é fruto de uma economia baseada em energia gerada por combustíveis fósseis (MICHAELS; ALPERT, 2012), e seus grandes crescimentos populacional e econômico (amplamente abordado nesse trabalho) geram grandes desafios para enfrentar a mudança estrutural que certamente virá com a precificação do carbono, e para isso, Israel precisa redefinir a base energética, reduzir o consumo per-capita e reestruturar sua economia de maneira a continuar competitiva em um mundo em transição.

Por sorte, visão estratégica, ou um pouco dos dois, a mudança estrutural dos anos 1990-2000 ofereceu uma ferramenta que é diferencial na adaptação a um mundo de carbono precificado: a tecnologia. A economia israelense, por maior que seja seu nível de consumo, deverá se adaptar relativamente fácil a esta nova ordem global, uma vez que está equipada com tecnologia de ponta e grandes centros de ensino e pesquisa que certamente oferecerão a competitividade para que Israel continue crescendo, porém de maneira sustentável.

Assim, o desenvolvimento israelense está caminhando na direção correta, porém, ainda há muitos desafios que precisarão ser enfrentados caso o país queira ser referência em termos de mitigação e adaptação ao aquecimento global (assim como é em combate à desertificação) principalmente no sentido de reduzir o consumo e utilizar uma base energética limpa.

6 CONCLUSÃO

A análise do caso israelense torna ainda mais evidente a realidade de que não se pode mais pensar em desenvolvimento econômico ignorando os fatores ambientais. Enquanto no passado economistas neoliberais modelavam desenvolvimento econômico assumindo que o mercado se autorregularia e que os recursos naturais seriam preservados pelo ajuste de preços, hoje é evidente a necessidade de impor limites à degradação ambiental, principalmente pela urgência das mudanças climáticas antropogênicas.

O caso do desenvolvimento israelense, traz uma boa oportunidade de análise, uma vez que possui um PIB per-capita semelhante a países desenvolvidos como Portugal, mas ao mesmo tempo, taxas de crescimento populacional correspondentes a países em desenvolvimento como o Haiti. Israel possui um IDH de 0,899, acima de países como Luxemburgo e França, segundo dados das Nações Unidas, porém um coeficiente GINI (medidor de desigualdade) de 0,365 entre os mais altos dos países que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), só perdendo para países como Estados Unidos e México, segundo dados da própria instituição. Tais indicadores, revelam uma realidade de um país com uma das mais altas qualidades de vida, mas com uma riqueza ainda extremamente concentrada e uma taxa de consumo astronômica e perigosa ao meio ambiente.

Este trabalho se propôs a analisar a trajetória de um país extremamente jovem, com uma geopolítica conturbada e uma história marcada por reviravoltas econômicas. Inicialmente regido por uma política econômica centralizada no Estado, trabalhista de esquerda, Israel desenvolveu uma sociedade de bem-estar, mas que só pode se desenvolver e ter a renda alta per-capita que possui hoje quando relaxou essa rígida ideologia e assim modernizou e internacionalizou sua economia.

Em termos ambientais, há um sucesso inquestionável no desenvolvimento israelense que é o combate à desertificação, que desde o período do Mandato Britânico na Palestina alinha interesses de sionistas (tanto ideológico quanto estratégico) e ingleses. O processo de implementação agrícola em regiões desérticas forneceu as bases para o setor primário israelense, além de ter tido função primordial na delimitação do território do futuro Estado Judeu.

Ademais, evidências mostram avanços no sentido de estabilizar as emissões de gases de efeito estufa per-capita, com o compromisso afirmado no Acordo de Paris (2015) de reduzir em 26% as emissões dos mesmos em valores absolutos, conforme dados do Ministério do Meio Ambiente israelense. Tal engajamento mostra um avanço na mentalidade e proatividade do governo israelense para com questões de mudanças climáticas, uma vez que nos últimos tratados sobre o meio ambiente como Rio 1992, Israel ocupou um papel secundário e não assumiu quaisquer compromissos de redução, apenas de metrificação (Não-Anexo 1).

Por outro lado, a Pegada Ecológica israelense está entre as maiores do mundo, o que indica que o componente de consumo do PIB israelense é extremamente alto, e Israel acaba por exportar suas emissões observado pelo alto déficit comercial. É possível que junto com os compromissos firmados por conta do Acordo de Paris, poderemos observar uma redução desse indicador, pois as medidas instituídas com a finalidade de redução de emissões geram como externalidade positiva gastos mais conscientes e uma base energética mais limpa.

Nesse sentido, por maiores que sejam os desafios que Israel terá que enfrentar no que diz respeito à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, sua economia baseada em pesquisa e desenvolvimento além de seu alto nível de capital humano fornecem ferramentas de excelência para que o país seja liderança e vanguarda na passagem para um mundo carbono precificado e recursos naturais escassos.

REFERÊNCIAS

ABRAMITZKY, Ran. The limits of equality: insights from the Israeli Kibbutz. **The Quarterly Journal of Economics**, vol. 123, n. 3, p. 1111-1159, ago., 2008.

AVINERI, Shlomo. Zionism as a National Liberation Movement. **The Jerusalem Quarterly**, n. 10, p. 133-144, 1979.

BLUM, Ruthie. It's the demography, stupid: interview with professor Arnon Soffer. **Jerusalem Post Online Edition**, n. 10, maio, 2004.

BOOS, Adrian. Genuine Savings as an Indicator for “Weak” Sustainability: Critical Survey and Possible Ways forward in Practical Measuring. **Institute for Food and Resource Economics, University of Bonn, Nußallee 21, 53115 Bonn, German**, 2014.

DRAZEN, Alan; ESLAVA, Marcela. Electoral manipulation via voter-friendly spending: theory and evidence. **Journal of Development Economics**, vol. 92, n. 1, p. 39-52, maio, 2008.

FISCHER, Allan. Production, primary, secondary and tertiary. **Economic Record**, vol. 15, n. 1, p. 24-38, jun., 1939.

GADREY, Jean. **Os novos indicadores de riqueza**. São Paulo: SENAC, 2006.

GILBERT, Martin. **Israel a history**. New York, 1998.

GROSSMAN, Gene; KRUEGER, Alan B. Environmental impacts of a North American free trade agreement. **National Bureau of Economic Research**, n. 3914, p. 2-39, nov., 1991.

HICKS, Douglas A. The inequality-adjusted human development index: a constructive proposal. **World Development**, vol. 25, n. 8, p. 1283-1298, 1997.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). UNDP. **Human development report, 1990**. New York: Oxford University Press, 1990. Published for the United Nations Development Programme (UNDP)

KANEV, Itzhak. **Population and society in Israel and in the world**. Jerusalem: Bialik Institute, 1957.

LINHARES, Fabrício et al. A hipótese de Kuznets e mudanças na relação entre desigualdade e crescimento de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, vol. 42, n. 3, p. 404-432, dez., 2012.

MICHAELS, Lucy; ALPERT, Pinhas **Anthropogenic Climate Change in Israel**. In: ORENSTEINS, Daniel E.; TAL, Alon; MILLER, Char. Between ruin and restoration: an environmental history of Israel. University of Pittsburgh Press, 2012.

NEUMAYER, Eric **Human Development and Sustainability**. United Nations Development Programme Human Development Reports Research Paper, 2010.

NEUMAYER, Eric; DIETZ, Simon. Weak and strong sustainability in SEEA: concepts and measurement. **Ecological Economics**, vol. 61, n. 4, p. 617-626, mar., 2007.

NEUMAYER, Eric. The human development index and sustainability: a constructive proposal. **Ecological Economics**, vol.39, n. 1, p. 101-114, out., 2001.

ORENSTEIN, Daniel E. **Zionist and Israeli perspectives on population growth and environmental impact in Palestine and Israel**. In: ORENSTEIN, Daniel E.; TAL, Alon; MILLER, Char. *Between ruin and restoration: an environmental history of Israel*. University of Pittsburgh Press, 2012.

OZ, Amos. **On Loving the Land**. In: *The Zionist Dimension of Nature Preservation* (Jerusalem: Ministry of Education, 1981), p. 14.

PANAYOTOU, Theodore. Economic growth and the environment. Spring Seminar of the United Nations Economic Commission for Europe, Geneva. **Anais eletrônicos...** UNECE, 2003.

LOUETTE, Anne. **Indicadores de nações: uma contribuição ao diálogo da sustentabilidade**. São Paulo: WHH, 2009.

RIVLIN, Paul. **The Israeli economy from the foundation of the state through the 21st century**. São Paulo: Cambridge University Press, 2010.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Dossiê Sustentabilidade. **Estudos Avançados**, vol. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade? **Texto para Discussão IE/UNICAMP**, n. 102, set., 2001.

SCALERCIO, Márcio. **Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

SIEGEL, Seth. **Let there be water: Israel's solution for a water-starved world**. Macmillan, 2015.

SOFFER, Arnon. **Israel Demography: 2004-2020: in light of the process of disengagement**. Haifa: University of Haifa, 2005.

TAL, Alon; ORENSTEIN, Daniel; MILLER, Chair. **Between ruin and restoration: an environmental history of Israel**. University of Pittsburgh Press, 2012.

TAL, Alon. **Pollution in the promised land: an environmental history of Israel**. University of California Press, 2002.

VEIGA, José Eli da. Indicadores de sustentabilidade. **Estudos Avançados**, vol. 24, n. 68, p. 39-52, fev., 2010.

WACHS, L.; TAL, Alon. Herd no more: livestock husbandry policies and the environment in Israel. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, vol. 22, n. 5, p. 401-422, out., 2009.